



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

EMILIENE OLIVEIRA DA SILVA

**O FEMINISMO NO ÂMBITO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO NA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA
UFJF**

JUIZ DE FORA

2019



EMILIENE OLIVEIRA DA SILVA

O FEMINISMO NO ÂMBITO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO NA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UFJF

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Política de Ação do Serviço Social, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Sabrina Pereira Paiva

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 28 de novembro de 2019, por banca composta pelos seguintes membros:

Prof^ª. Dra. Sabrina Pereira Paiva

Prof^ª. Dra. Alexandra Aparecida Leite Toffaneto Seabra Eiras

Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte

Nota: _____

Juiz de Fora
2019

AGRADECIMENTOS

À espiritualidade por me amparar nos momentos em que pensei não ser forte para seguir em frente.

Aos meus pais, Arlene e Luiz Carlos que nunca mediram esforços para que eu realizasse cada sonho. Por sempre estarem ao meu lado, me apoiando e incentivando, da maneira que podiam, pois nem sempre estávamos juntos fisicamente. Não é fácil sair da casa dos nossos pais aos 14 anos para estudar e conquistar um diploma na Universidade.

À minha irmã, Adeliene que embora a vida as vezes dificultasse nossa aproximação, sempre esteve ao meu lado, me incentivando a ser o que eu quisesse ser.

Ao meu companheiro, Caio, o qual chegou no momento mais conturbado da minha graduação e, nem por um momento, permitiu que eu duvidasse da minha capacidade, sendo luz e amor na minha vida.

Aos meus amigos e familiares que sempre estiveram ao meu lado, proporcionando momentos de descontração e de desabafos.

A todas e todos docentes, trabalhadoras e trabalhadores da faculdade de Serviço Social, que proporcionaram meu crescimento acadêmico, contribuindo para minha formação pessoal e enquanto assistente social. Em especial à minha orientadora Sabrina Paiva que me auxiliou e me incentivou a acreditar mais no meu potencial, muito obrigada.

“É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho. De observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias. Sonhos, acredite neles”.

(Lênin)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso analisa como o feminismo é desenvolvido na produção de conhecimentos no Programa de Pós-Graduação do Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, através da análise das dissertações produzidas no período de 2007 a 2018. O/s feminismo/s vem incorporando uma nova maneira de produzir conhecimentos, adquirindo espaços na produção teórica, contribuindo com os estudos sobre a questão de gênero na sociedade capitalista. Neste sentido, e considerando as diretrizes e parâmetros do Serviço Social, é necessário apreender como este se correlaciona com o feminismo, considerando que ambos têm como objetivo central a emancipação humana. Vale ressaltar que este trabalho baseia-se no método materialista histórico dialético de Karl Marx, bem como compreende que o feminismo precisa estar alinhado à perspectiva classista, considerando os recortes de raça/etnia e gênero. Em um primeiro momento, apresentamos um apanhado histórico do/s feminismo/s no Brasil, enquanto movimento social e campo de estudo. No segundo momento, fazemos uma breve contextualização do surgimento do Serviço Social, visto que sua gênese deu-se sob uma perspectiva conservadora e adversa ao do feminismo. Posteriormente, discorremos sobre como surgiram condições para iniciar uma aproximação entre Serviço Social e feminismo, bem como a relevância dos estudos feministas para a categoria de assistentes sociais, tanto no âmbito de atuação quanto no meio acadêmico. Por fim, analisamos as dissertações do programa de pós-graduação em Serviço Social da UFJF, com o propósito de compreender como esta relação se apresenta. Assim, observamos uma ínfima produção que abarca a temática do referido trabalho, bem como uma ausência de disciplinas que trabalham a categoria gênero no processo de formação acadêmica do Serviço Social, implicando em um debate reduzido e em parca produção do conhecimento.

Palavras-chave: Feminismo; gênero; produção de conhecimento; Serviço Social.

ABSTRACT

This final paper examines how feminism is developed in the production of knowledge in the Graduate Program of Social Work of the Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), through the analysis of dissertations produced from 2007 to 2018. Feminism comes incorporating a new way of producing knowledge, acquiring space in theoretical production, contributing to the studies about the gender issue in capitalist society, and constituting itself in a correlated way with the feminist movement. In this sense, and considering the guidelines and parameters of Social Work, it is necessary to understand how it correlates with feminism, considering that both have as their central objective human emancipation. It is noteworthy that this work is based on Karl Marx's dialectical historical materialist method, as well as understands feminism as a classist, considering the race/ethnicity and gender cuts. At first, we present a historical overview of feminism in Brazil, as a social movement and field of study. In the second moment, we give a brief contextualization of the emergence of social work, since its genesis came from a conservative and adverse perspective of feminism. Subsequently, we discussed how conditions arose to initiate an approximation between Social Work and feminism, as well as the relevance of feminist studies to the category of social workers, both in academic and action fields. Finally, we analyze the dissertations of the UFJF graduate program in Social Work, with the purpose of understanding how this relationship presents itself. Thus, we observed a tiny production that encompasses the theme of this work, as well as an absence of disciplines that work the gender category in the process of academic formation of the social work, implying a reduced debate and little production of knowledge.

Keywords: Feminism; gender; knowledge production; Social Work.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.....	8
1. Compreendendo o feminismo como movimento social e campo de estudo.....	10
1.1. Divisão sexual do trabalho, patriarcado e capitalismo: determinantes para o surgimento dos movimentos feministas.....	10
1.2. Movimento feminista: contextualização histórica e desenvolvimento na luta social.....	15
1.3. Gênero e produção teórica: contribuição do feminismo.....	25
2. A produção de conhecimentos sobre gênero e feminismo no âmbito do Serviço Social.....	31
2.1. Breve contextualização da aproximação entre Serviço Social e feminismo...	31
2.2. Pós-graduação em Serviço Social no Brasil e em Juiz de Fora.....	36
2.3. A produção de conhecimentos sobre gênero e feminismo no âmbito do Serviço Social: uma análise das dissertações produzidas no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.....	39
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61
ANEXO.....	66

INTRODUÇÃO

Buscamos neste trabalho analisar o feminismo no âmbito da produção do conhecimento no programa de pós-graduação da faculdade de Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora. O interesse em abordar o tema vem de uma reflexão pessoal sobre a opressão/exploração da mulher na sociedade burguesa, sob a perspectiva marxista que constitui o processo teórico-metodológico da graduação em Serviço Social, juntamente com o estudo do projeto ético-político da categoria.

Como consequência de tal reflexão, fez-se presente a necessidade de, enquanto graduanda, contribuir de alguma maneira para fomentar e fortalecer o debate acerca dos feminismos e de sua importância para a compreensão da desigualdade de gênero no espaço acadêmico, considerando a ausência de disciplinas que abordam a temática no decorrer da formação profissional em nível de graduação, a partir da produção do conhecimento.

Partimos do método analítico de Karl Marx para estruturar e discorrer as ideias e estudos aqui apresentados, a partir de uma revisão bibliográfica de autoras e autores, como Saffioti, Cisne, Kergoat, Marx, Inácio, Lisboa, dentre outros representativos deste debate no âmbito da produção de conhecimento do Serviço Social. Assim, no primeiro momento, realizamos uma sucinta retomada histórica sobre o processo de consolidação do movimento feminista no Brasil, bem como sua inserção e contribuição teórica na produção do conhecimento, sob uma perspectiva feminista classista.

No segundo momento, realizamos uma breve contextualização histórica fundamental para compreendermos a aproximação do Serviço Social e feminismo, visto que ambos possuem em sua gênese ideologias e diretrizes divergentes. Também apresentamos como se deu o processo de inserção do Serviço Social no âmbito da produção do conhecimento enquanto ciência social aplicada, com a consolidação dos programas de pós-graduação, pesquisa e extensão do Serviço Social nas Universidades, dando ênfase à Universidade Federal de Juiz de Fora.

Por fim, analisamos as dissertações do programa de pós-graduação do Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, no período de 2007 a 2018, a fim de compreender como o feminismo é abordado neste espaço, bem como se apresenta enquanto potencializador da dimensão teórico-metodológico e técnico-operativa da profissão.

Ressaltamos o reduzido número de dissertações do programa de pós-graduação do Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora que abordam a temática discutida no presente trabalho, em comparação ao número total de dissertações defendidas entre os anos de 2007 e 2018. Esta observação é pertinente, pois pode ser reflexo da falta de disciplinas obrigatórias na graduação em Serviço Social, não tendo, assim, um estímulo e apreensão da relevância do tema para a categoria profissional.

Também podemos destacar a carência de autoras e autores que produzem conhecimento acerca do debate de gênero e suas interseccionalidades, uma vez que as referências bibliográficas se repetem consideravelmente nas cinco dissertações.

Este estudo se direciona ao corpo docente e discente, bem como aos interessados e interessadas pelo debate de gênero e Serviço Social, a partir de uma perspectiva crítica e marxista. Buscamos auxiliar na consolidação da discussão não só no âmbito acadêmico, mas também contribuir para a luta da classe trabalhadora, na busca pela superação da sociedade capitalista e construção do socialismo.

1 COMPREENDENDO O FEMINISMO COMO MOVIMENTO SOCIAL E CAMPO DE ESTUDO

"Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres."

(Rosa Luxemburgo)

Neste capítulo, primeiramente, objetivamos uma breve apresentação da construção histórica dos feminismos enquanto movimentos sociais. Compreendemos a condição da mulher na sociedade capitalista como uma construção social, pautada na divisão sexual do trabalho e na lógica patriarcal, que antecede o modo de produção capitalista. Este, à medida que avança, se apropria e intensifica a já existente opressão/exploração da mulher, para sua manutenção.

Assim como todo processo de construção dos direitos sociais e civis são decorrentes das lutas sociais, a luta das mulheres protagoniza as conquistas e avanços rumo à equidade de gênero, numa perspectiva de emancipação da mulher.

O feminismo, na perspectiva de movimento social emancipatório, afirmou a igualdade e a liberdade para as mulheres, para que estas superassem as múltiplas opressões e explorações patriarcal-capitalistas que demarcam a sua experiência como ser social. (CISNE, GURGEL, 2008, p. 69).

Em seguida, procuramos abordar os feminismos como campo de produção do conhecimento. A partir do seu desenvolvimento, o feminismo adquire um espaço de contribuição para a construção teórica, uma vez que se torna objeto de estudos e pesquisas por parte de várias categorias de intelectuais.

1.1 Divisão Sexual do Trabalho, Patriarcado e Capitalismo: determinantes para o surgimento dos Movimentos Feministas

As formas de reprodução do ser social¹ decorrem do trabalho, entendido como a capacidade de transformar a natureza e os sujeitos sociais para proporcionar meios de subsistência.

¹ Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, II, 2013, p. 44).

O trabalho se revela como o veículo para a autocriação do homem enquanto homem. Como ser biológico, ele é um produto do desenvolvimento natural. Com a sua auto realização, que também implica, obviamente, nele mesmo um afastamento das barreiras naturais, embora jamais um completo desaparecimento delas, ele ingressa num novo ser, autofundado: o ser social. (LUKÁCS, 2013, p. 82).

À medida que o ser social desenvolve possibilidades de produzir e reproduzir as condições de sobrevivência, potencializa a emergência da divisão sexual do trabalho. Articulada com a dinâmica da propriedade privada, proporciona possibilidades para que homens e mulheres ocupem espaços distintos na sociedade, a partir de um modelo onde há uma supremacia do homem sobre a mulher, o que entendemos como patriarcado.

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem. (SAFFIOTI, 2001, p. 8).

Segundo Saffioti (2011), o patriarcado é uma construção histórica que se configura sob a lógica da propriedade privada, onde há uma hierarquia masculina sobre a mulher, tendo, pois, uma base material. Seguindo a perspectiva da propriedade privada, é importante ressaltar que no patriarcado faz-se necessário que o homem garanta os meios de produção e reprodução à vida para si mesmos e para seus herdeiros, corroborando para que tal dominação citada anteriormente se estruture “naturalmente”, a ponto de ser parte do *modus operandi* da sociedade.

Há que se fazerem alguns comentários sobre este conceito de patriarcado, a fim de aclarar certas nuances importantes. Seguramente, este regime ancora-se em uma maneira de os homens assegurarem, para si e para seus dependentes, os meios necessários à produção diária e à reprodução da vida. Bastaria, presume-se, mencionar a produção da vida, na medida em que ela inclui a produção antroponômica (BERTAUX, 1977). Há, sem dúvida, uma economia doméstica, ou domesticamente organizada, que sustenta a ordem patriarcal. (SAFFIOTI, 2011, p. 105).

O sistema patriarcal, estruturado a partir das relações sociais entre homem e mulher, influencia e configura as relações sociais de gênero², reproduz e reforça a

² Com base nas contribuições de Scott (1995), gênero possui diversas interpretações, dentre elas, é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, desconsiderando os fatores meramente biológicos como argumento para justificar a dominação da mulher, mas sim, sua construção material social. Traz também a ideia do termo gênero como relevante na compreensão de que, ao estudarmos a condição da mulher na sociedade, estamos também apreendendo sobre a condição do homem, pois ambos são construções sociais e se correlacionam. Ou seja, a condição da mulher é perpassada pela do homem, de maneira opressora e desigual.

opressão/exploração³ da mulher em todas as esferas sociais.

A partir do exposto, faz-se necessário discorrer sobre a divisão sexual do trabalho, analisada sob a ótica feminista. Seguindo o preceito de que as relações sociais de gênero são construções sociais e históricas, a divisão sexual do trabalho advém de tal relação, fundamentando a inserção e as condições da mulher na esfera do trabalho, bem como afirma Kergoat (2009, p. 68) “a teorização em termos de divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuadas são construções sociais, elas próprias resultado de relações sociais”.

Tem como primeiro princípio o de separação, este difere as atribuições e funções dos homens e mulheres na sociedade. O segundo princípio refere-se à hierarquização existente entre o trabalho do homem e o trabalho da mulher. Neste sentido, o trabalho executado pelo homem possui maior valor e está relacionado à produção, enquanto o trabalho da mulher, de menor relevância, encontra-se ancorado no âmbito da reprodução.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc...). Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher). (KERGOAT, 2009, p. 1).

Neste ínterim pode-se analisar de maneira crítica a base material em que a divisão sexual do trabalho é sustentada, bem como apreender as condições da mulher no mundo do trabalho. É válido enfatizar o fato de a mulher, por estar historicamente inserida na esfera da reprodução, ser exclusivamente responsável pelos trabalhos domésticos.

³ Entendemos por opressão/exploração o conjunto das relações sociais entre homens e mulheres, construídas historicamente considerando o período e o local, em específico na sociedade capitalista, o qual se apropria das relações de opressão que o antecede e as reorganiza tornando-as funcionais a ele. Neste sentido a “opressão” da mulher pelo homem abarca todos os segmentos da vida social, independente de classe, raça/etnia. Ou seja, todas as mulheres sofrem opressão pelo homem, seja no âmbito familiar, no acesso aos direitos, na liberdade sexual, adiante. A “exploração”, está associada mais diretamente à divisão sexual do trabalho. O modo de produção capitalista apropria e reproduz os meios para que tenha tal opressão da mulher pelo homem, possibilitando que o modo de produção capitalista extraia mais-valia de tal desigualdade, através dos salários inferiores, trabalho doméstico exclusivamente como tarefa da mulher, maior inserção em trabalhos informais sem acesso a direitos trabalhistas e seguridade, entre outros. Neste segmento, há um considerável recorte de classe, raça/etnia que perpassa tal exploração em condições diferentes.

Foi a partir da tomada de consciência de uma opressão específica: tornou-se coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres, que este trabalho era invisível, que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal. (KERGOAT, 2009, p. 5).

Sob a dinâmica do modo de produção capitalista, as determinações das relações sociais, de produção, econômicas e de trabalho, adotadas pelo sistema pré-capitalista, são reconfiguradas e adaptadas para potencializar as contradições socioeconômicas já existentes.

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situadas no sistema de produção. (SAFFIOTI, 1976, p. 32).

O capitalismo assegura sua manutenção por meio da extração de mais valia⁴, através da exploração da classe trabalhadora, potencializando e naturalizando as contradições socioeconômicas. Ao naturalizar tais contradições, naturaliza também a exploração/opressão da mulher na sociedade capitalista-patriarcal. Esta é explorada pela dinâmica do capitalismo duplamente: explorada pelo fato de pertencer à classe trabalhadora, sendo o trabalho feminino desvalorizado e explorado pelas questões que perpassam o recorte de gênero, dentro da dinâmica patriarcal, pela dupla jornada, tendo os afazeres domésticos como responsabilidade exclusiva da mulher.

É de extrema importância compreender como a naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a “superioridade” dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos. (SAFFIOTI, 2001, p. 11).

Com a revolução industrial, o trabalho braçal do homem é majoritariamente substituído por máquinas, onde o trabalhador passou basicamente a manuseá-las, não necessitando necessariamente de força física. A produção era maior e em menor tempo, trazendo novas exigências e possibilidades para o trabalho humano e por

⁴ Segundo Marx (1996) dentro da esfera produtiva, o capitalista aumenta a carga horária do trabalhador, junto a investimentos tecnológicos no processo produtivo, porém não aumenta o valor da força de trabalho (salário) da classe trabalhadora. Portanto, é a partir da parte não paga ao trabalhador que Marx entende como extração de mais-valia, aumentando significativamente este processo de exploração sobre a classe trabalhadora. Ver a respeito, Karl Marx, O Capital. Crítica da Economia Política, Livro I. O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Editora Nova Cultural LTDA, 1996.

consequência, um baixo pagamento aos operários. As mulheres passam, então, a ingressarem como trabalhadoras no meio de produção como um complemento para a manutenção da vida familiar.

No Brasil, o processo de urbanização trouxe, como reflexo, uma extensa classe operária e outra classe média, carregada de vestígios do modelo oligárquico e agrário-exportador que antecede o processo de industrialização. Segundo Pinto (2003), o processo de urbanização, acompanhado do surgimento de camadas médias e operárias, criou um caldo de cultura para o aparecimento de novas formas de organização da sociedade. Homens e mulheres passam a compor a classe operária, colocando a família e a própria mulher em uma nova condição.

[...] a maquinaria parecia, pois, propiciar enormemente o trabalho da mulher e da criança. Realmente, os inícios do capitalismo registraram o assalariamento, nas funções fabris, de tão grandes contingentes femininos e infantis que Marx não pôde deixar de notar que “o trabalho da mulher e da criança foi o brado da aplicação capitalista da maquinaria”. (SAFFIOTI, 1976, p. 35).

A inserção da mulher no trabalho assalariado, juntamente com suas atividades domésticas, ocasiona um contexto de sobrecarga, reforçando a desigualdade, opressão/exploração da mulher pelo homem. O contexto permitiu, às mulheres, certa reflexão acerca da desigualdade, opressão e exploração por parte do homem, que direcionavam as relações sociais, pessoais e profissionais, em relação ao gênero feminino, no contexto doméstico e privado, ao mesmo tempo em que as jogavam na barbárie do trabalho da sociedade capitalista, de modo desigual em relação ao homem.

É importante ressaltar que a opressão/exploração da mulher é favorável para reafirmar e fortalecer o sistema patriarcal-capitalista, e este possui a ideologia que rege todas as relações que perpassam a sociedade de classe, sustentando, portanto, a condição de inferioridade da mulher.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (MARX; ENGELS, 2007, p.47).

Os rebatimentos das expressões da questão social⁵ e de gênero, intensificadas pelo modo de produção capitalista propiciam, então, um cenário para que as lutas feministas surjam em contrapartida com a realidade posta para as mulheres.

Particularmente em relação às mulheres, a “questão social” podia ser observada na superexploração de sua força de trabalho, na dupla jornada de trabalho e na necessidade de abandono dos (as) filhos (as) para trabalhar e sustentar a família. Paradoxalmente, tal quadro contribuiu para modificar a posição das mulheres na família, gerar aspirações políticas e sociais pela conquista da emancipação feminina e independência em relação aos homens, tanto entre as mulheres da burguesia, como entre as mulheres trabalhadoras. (INÁCIO, 2013, p. 125).

As mulheres despertam uma consciência crítica, à medida que percebem as desigualdades vivenciadas no local de trabalho, na sociedade e/ou na família. Neste sentido, rompem com a naturalização instaurada frente a opressão/exploração da mulher na sociedade burguesa, iniciando um processo de organização coletiva objetivando reivindicar suas insatisfações e necessidades.

1.2 Movimento feminista: contextualização histórica e desenvolvimento na luta social

O movimento feminista deu-se, à princípio, na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA) com as sufragistas, que buscavam direitos civis, como por exemplo, o direito ao voto, participação civil e reconhecimento enquanto cidadãs. Mesmo que, à princípio, as sufragistas não tenham considerado as diversas opressões sofridas pelas mulheres, focando apenas em direitos civis/políticos, foi o início do movimento feminista, pois denunciavam, reivindicavam e lutavam por mudanças na realidade da mulher na sociedade capitalista.

Na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX as lutas e manifestações esparsas cederam lugar a uma campanha mais orgânica pelos direitos políticos de votarem e de serem votadas. O movimento sufragista se espalhou pela Europa e pelos Estados Unidos, construindo a primeira vaga de feminismo organizado no mundo. (PINTO, 2003, p. 13).

No Brasil, no final do século XIX e início do século XX, havia vertentes de lutas feministas. Levando em consideração as especificidades e a construção

⁵ Segundo Iamamoto (2001, p. 10) a “questão social” é parte constitutiva das relações sociais capitalistas; é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais.: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social.

socioeconômica do país, houve três fases do movimento feminista, também conhecido como “as três ondas” do feminismo brasileiro (MOREIRA, 2016).

As três grandes ondas deste movimento no Brasil (...), tiveram marcos relevantes para a constituição dos direitos fundamentais. Em linhas gerais, seus pontos centrais foram: direitos civis e políticos, na primeira onda, direito ao corpo, ao prazer (questionamento sobre sexualidade e divisão dos gêneros), na segunda onda, e a terceira, a indispensável participação no processo de redemocratização. (MOREIRA, 2016, p. 227).

As lutas feministas surgem, então, no final do século XIX, com influência sufragista. Seguindo os mesmos ideais das lutas na Europa e nos EUA, estas mulheres, majoritariamente da elite econômica e/ou intelectuais, buscavam alcançar seus direitos civis, desconsiderando a submissão da mulher pelo homem, as relações de classe e a ordem social. Este movimento caracteriza a primeira onda do feminismo brasileiro.

Se o movimento sufragista não se confunde com o feminismo ele foi, no entanto, um movimento feminista, por denunciar a exclusão da mulher da possibilidade de participação nas decisões públicas. (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 48).

Também havia a luta das mulheres anarquistas, composta por mulheres da classe operária e de baixa escolaridade. Estas não compartilhavam das ideias do feminismo sufragista, mas, em sua essência, podiam ser consideradas feministas, pois tinham como pautas de luta as especificidades da mulher na sociedade e, além disso, apontavam o capitalismo como precursor da desigualdade de gênero e a opressão da mulher pelo homem. Neste segmento do feminismo brasileiro é notável uma luta para além dos direitos civis.

(...) é nesses espaços revolucionários, não feministas em princípio, que se encontravam, nas primeiras décadas do século XX, as manifestações mais radicalmente feministas, no sentido de uma clara identificação da condição explorada da mulher como decorrência das relações de gênero. Diferentemente da luta das sufragistas, essas mulheres apontavam sem meias palavras a opressão masculina. (PINTO, 2003, p. 34).

Embora composto por pautas feministas, as mulheres anarquistas não formavam um movimento feminista, até porque estas não eram favoráveis ao feminismo, por não pautarem questões como a precarização e dupla jornada de trabalho das mulheres, opressão/exploração e liberdade sexual, além de entender a questão de classe como a principal pauta de luta e o capitalismo como precursor da desigualdade de gênero. Este segmento era também chamado de “feminismo malcomportado”, pois além das pautas que abordavam, promoviam manifestações públicas, produções de jornais e

revistas, peças teatrais, dentre outros meios, trazendo temas relacionados à emancipação da mulher.

[...] O segundo era de enfrentamento: o feminismo “malcriado” expressava-se nas passeatas, nos enfrentamentos na Justiça e nas atividades de mulheres livres-pensadoras que criavam jornais e escreviam livros e peças de teatro. Somavam-se a elas as anarquistas radicais que traziam para a discussão o mundo do trabalho, muito distante das preocupações das feministas de elite. (PINTO, 2003, p. 38).

Ou seja, durante o período do final do século XIX, até meados da década de 1960, o feminismo brasileiro se constituía por algumas vertentes, com pautas de lutas específicas e direcionadas às condições civis e sociais das mulheres, em exceção das anarquistas que aprofundavam as lutas no âmbito de classe e anticapitalista.

Ainda sob a efervescência da década de 1960, o movimento feminista traz à tona a afirmação de que o “pessoal é político”, ou seja, rompe com a dicotomia que é de caráter político pontos referentes ao Estado, à economia e às instituições e, do âmbito privado, o que se refere à vida doméstica, familiar e sexual (COSTA, 2005). Tal afirmação conduz a um pensamento crítico em relação ao papel político que a opressão/exploração da mulher tem, quando tratada de maneira isolada.

Para o pensamento liberal, o conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à política. Ao utilizar essa bandeira de luta, o movimento feminista chama a atenção das mulheres sobre o caráter político da sua opressão, vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado, identificadas como meramente pessoais. (COSTA, 2005, p. 2).

A partir de 1964, com o golpe militar, o Brasil passa a ser conduzido por um regime ditatorial rigoroso, submetendo os movimentos feministas a grupos restritos, privados e teóricos. Esta conjuntura dificulta o processo de organização social e modifica, de certo modo, as pautas de luta, trazendo a questão da anistia (MOREIRA, 2016).

Na década de 1960, com a implantação do golpe militar tal como a ditadura, a luta feminista se concretizou na resistência ao autoritarismo político e depois se deslocou pela anistia, originando um Feminismo da Resistência (COSTA, 2005). Percebe-se que as demandas civis e políticas do movimento feminista incluíam reivindicações específicas (lutas por creches, modificação na legislação, direito de trabalhar de forma remunerada, saúde, possibilidade de separação conjugal) e gerais (fim da ditadura, sociedade redemocratizada). (MOREIRA, 2016, p. 222).

Nesse período de Ditadura, surgiram dois significativos grupos feministas que se reuniam de maneira informal e particular, para dialogar e promover reflexões sobre

diversos assuntos, incluindo pautas intelectuais e políticas. O primeiro grupo a se destacar foi em 1972, em São Paulo, composto por mulheres de esquerda, intelectuais e de meia idade (Pinto, 2003).

[...] segundo os mais estritos cânones do modelo de reflexão, não havia nenhuma formalização de organização interna, as reuniões centravam-se em temas pré-escolhidos, mas não havia pauta, nem exposição preparada, nem lição de casa, discutia-se tudo: de Virginia Woolf e Anais Nin a doenças venéreas, embora tenham demorado um pouco para falar de sexualidade [...] Havia o lado terapia sem guru, nem terapeuta, de terapia autogestionada para mulheres que no espaço competente eram analisadas por especialistas. (Costa *apud* Pinto, 2003, p. 50).

O segundo grupo surgiu no Rio de Janeiro, também em 1972 e de maneira informal, fundado por Branca Moreira Alves, onde se reunia com amigas e um grupo católico do qual sua mãe fazia parte, para discutir literaturas relacionadas à mulher. Em 1973, o grupo passou por modificações, sendo composto por mulheres mais jovens e com reflexões mais “intimistas”, tendo como pautas questões das próprias componentes do grupo, abordando temas como a sexualidade (Pinto, 2003).

Ainda neste período, algumas mulheres foram exiladas para a Europa, aproximando-se, assim, do feminismo marxista, o qual entendia que a opressão de gênero antecede o modo de produção capitalista e almeja a autonomia da mulher. Estas mulheres buscavam construir espaços públicos de reflexão, produziam e exportavam materiais para o Brasil, possibilitando uma expansão do movimento.

Nesse contexto, as feministas socialistas e marxistas dos anos 1970 buscaram superar os equívocos das abordagens economicistas que subordinavam de forma mecânica a questão das mulheres à classe social, as quais deixam a problemática da opressão/emancipação das mulheres em segundo plano. Admitindo que a opressão feminina é anterior ao capitalismo e também poderá ser além do socialismo, elaboraram diversas abordagens para entender as origens da opressão das mulheres, na perspectiva da transformação das relações de opressão entre os sexos/gênero e emancipação das mulheres. (INÁCIO, 2013, p. 83).

É clara a diferença entre as feministas brasileiras exiladas e as que permaneciam no país e tal diferença dá-se pela grande repressão que o país enfrentava. Mas, embora com dificuldades, as feministas brasileiras recebiam os materiais vindos de Paris, iniciando uma nova maneira de pensar o movimento feminista. Esse contexto reforça a dualidade do movimento no Brasil, onde um grupo entendia o feminismo associado à luta de classes e o outro como um movimento libertário, enfatizando a sexualidade, o corpo e prazer da mulher (PINTO, 2003).

Ao passo que o feminismo se concretizava no Brasil, devido aos paradoxos que o estruturaram no país, haviam diversas linhas de feminismo, dentre elas podemos citar a radical, a liberal e a marxista. Este último, composto por mulheres que não pertenciam às camadas populares, mas “representavam-nas”, seu perfil era voltado para questões menos específicas da mulher, como as pautas típicas feministas, uma vez que estas mulheres não se enxergavam oprimidas e discriminadas, como entendiam a situação da mulher da classe operária. Esse contexto, caracterizou um estilo de feminismo “acadêmico”, por parte das marxistas.

As reivindicações específicas estão muito mais próximas das demandas encontradas nos movimentos populares de mulheres, como clubes de mães e associações de bairro, do que do ideário tipicamente feminista. Em geral, as mulheres que faziam parte do centro não pertenciam às camadas populares, mas se colocavam como representantes delas. O que deve ser notado, no entanto, não é este fato, que nada surpreende tratando-se de mulheres ligadas a organizações de esquerda, mas sim o fato de essas mulheres não se identificarem como objetos da discriminação. Esse foi um lento aprendizado no Brasil para as mulheres de esquerda: poderem se identificar como oprimidas sem pertencer ao proletariado. (PINTO, 2003, p. 61).

A partir de 1975 que o movimento feminista começa a se fortalecer de fato, aparecendo em atividades públicas, conferências e organizações, e, também, ano em que a Organização das Nações Unidas (ONU) define como o Ano Internacional da Mulher, marco para o feminismo.

No Brasil, muitos eventos de natureza e abrangência diferenciadas marcaram a entrada definitiva das mulheres e de suas questões na esfera pública. O primeiro deles, e o mais abrangente, foi um evento com o propósito de comemorar o Ano Internacional da Mulher, patrocinado pelo Centro de Informação da ONU, realizado no Rio de Janeiro com o título de “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”. Neste evento foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. (PINTO, 2003, p. 56).

A década de 1970 marca, portanto, o movimento feminista com pautas direcionadas às questões econômicas e aos direitos políticos e civis, contra a ordem social, promovendo manifestações e atos públicos no país, criação de jornais e revistas trazendo os ideais feministas.

Em linhas gerais, poderíamos caracterizar o movimento feminista brasileiro dos anos 1970 como fazendo parte de um amplo e heterogêneo movimento que articulava as lutas contra as formas de opressão das mulheres na sociedade com as lutas pela redemocratização. Nos movimentos se diluíam os discursos estratégicos, o Estado era o inimigo comum. (LOBO, 1987, s/p *apud* COSTA, 2005, p. 5).

Tal momento é considerado como a segunda onda do feminismo, apresentando uma luta pela redemocratização e questões específicas da mulher enquanto gênero, mães, militantes e todos os segmentos que as perpassam.

Já na América Latina e no Brasil, a experiência da Segunda Onda feminista esteve muito mais marcada pelas lutas contra a ditadura militar, do que pelos questionamentos próprios do feminismo radical internacional acerca das questões específicas das mulheres (divisão sexual do trabalho, igualdade sexual, liberalização sexual, autonomia do corpo e aborto, entre outros). Aqui, a peculiaridade do feminismo radical foi a de tentar articular a luta específica das mulheres às lutas mais gerais contra os golpes militares e seus projetos de capitalismo associado aos interesses internacionais. (INÁCIO, 2013, p. 83).

O processo de redemocratização do Brasil trouxe um novo cenário político e civil para a sociedade, acarretando novas condições e novos aspectos ao movimento feminista brasileiro. Dentre as mudanças advindas do fim do período ditatorial, dois fatos foram de suma importância para o rumo que o movimento feminista viria a tomar na década de 1980: a anistia aos presos e exilados políticos e a reforma partidária.

O feminismo se aproxima do Estado a partir de sua institucionalização, priorizando uma atuação mais direcionada à participação de conselhos e conferências, execução de políticas públicas e composição de Organizações Não Governamentais (ONG's), perdendo, gradativamente, suas características enquanto movimento social. Vale ressaltar que tal processo de institucionalização ocorre em um contexto de enfraquecimento das lutas e movimentos sociais no Brasil.

A atuação do feminismo em nível institucional, isto é, na relação com o Estado, nesse e em outros momentos, não foi um processo fácil de ser assimilado no interior do movimento. A participação nos conselhos, e em especial, no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), foi uma questão polêmica que incitou os ânimos no VII Encontro Nacional Feminista, realizado em 1985, em Belo Horizonte. A perspectiva de atuar no âmbito do Estado representava para muitas mulheres, uma brecha na luta pela autonomia do movimento feminista. (COSTA, 2005, p. 6).

A inserção da mulher na política, seja ela diretamente ou nos marcos da democracia representativa, trouxe muitos avanços na luta feminina em virtude das demandas apresentadas na Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, colocando a mulher como sujeito de direitos, protagonistas de sua vida e luta (MOREIRA, 2016).

Em meio a redemocratização, a presença atuante de mulheres organizadas, feministas, bem como as constituintes, na Assembleia Nacional Constituinte, fez toda diferença para os órgãos estatais (re) pensarem as pautas que a

Constituição Federal pode abordar. O fator chave para este debate foi à elaboração da Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes, que ocasionou debates em todo o país, ficando publicamente caracterizado o Lobby do Batom. Suas demandas foram analisadas, modificadas e incorporadas ao texto constitucional marcando a história do movimento feminista, assim como da democracia brasileira. (MOREIRA, 2016, p. 217).

A década de 1980, portanto, é marcada por conquistas institucionais das mulheres com a aprovação de 80% das propostas apresentadas ao Congresso Nacional e contribuição para a formulação da Constituição de 1988, o qual ficou conhecido com o lobby do batom, a criação do Conselho Nacional do Direito da Mulher (CNDM) entre outros Conselhos e a intensificação da mulher no cenário político, compondo a chamada “bancada feminina”.

É importante ressaltar que esse processo foi articulado desconsiderando as filiações partidárias, apenas no intuito de defender os interesses do movimento feminista. Segundo Costa (2005), tal articulação entre o CNDM, movimento feminista e bancada feminina representou uma quebra nos tradicionais modelos de representação vigentes até então no país, sem a intermediação dos partidos políticos.

A partir da década de 1990, há uma intensificação das ideias neoliberais no Brasil. Tendo como preceito básico a redução da participação do Estado como gestor econômico, prioriza-se as privatizações das estatais, afetando, por consequência, o protagonismo do Estado na formulação de políticas públicas, uma vez que estas são feitas a partir da redistribuição do capital socialmente produzido, promovendo o desmonte da esfera estatal. Nesta lógica, o que seria responsabilidade do Estado é transferido para a esfera da sociedade civil. Conforme apontam Patrício e Silva (2018, p. 7) “[...] as políticas sociais implementadas, no contexto neoliberal, apresentam-se de modo extremamente focalizado, seletivo e compensatório”.

Uma vez que os repasses econômicos para políticas públicas são reduzidos e focalizados em demandas emergenciais, o movimento feminista, com o “incentivo” do Estado e impactado pelo avanço neoliberal, vivencia processos de institucionalização, como, por exemplo, profissionalização das militantes e a inserção em ONG’s.

Na última década do século XX, passou-se a privilegiar a redução de investimentos em políticas sociais de cunho redistributivo e, concomitantemente, a transferir para a sociedade civil a responsabilidade com o atendimento das demandas sociais. Essa ofensiva neoliberal e as respectivas contrarreformas no Estado representaram para os movimentos sociais e, em particular, para o feminismo, um período de grandes mudanças em sua identidade organizativa. (CISNE; GURGEL, 2008, p. 72).

Este cenário coloca as conquistas institucionais e participação ativa do movimento feminista da década passada em fragilidade. Tais fatores contribuíram

com novos embates para que o movimento feminista, progressivamente, perdesse sua autonomia, caráter reivindicatório, de luta e militância.

O movimento feminista, à medida que vai sendo tomado pelas estratégias neoliberais, direciona-se para um novo “modelo” de atuação. Além de fragmentar e enfraquecer, o feminismo de forma hegemônica se afasta da luta de classe e gênero, focando apenas na questão da visibilidade e identidade feminina. Ou seja, torna-se um auxiliar de manutenção neoliberal, mesmo que de maneira involuntária, fortalecendo a heterogeneidade da sociedade (GURGEL, 2014).

Segundo Cisne e Gurgel (2008) há um processo de “*onguização*”⁶ do movimento, profissionalizando sujeitos para atuarem diretamente com as demandas femininas, direcionadas e organizadas por setores específicos nas diversas ONGs constituídas pelos setores público/privado. Desagregando, como consequência, o caráter de luta social reivindicatória, multiplicando as possibilidades de organizações e identidades feministas como, por exemplo, sindicatos e associações de moradores, configurando um feminismo popular. É importante ressaltar que as ONGs podem servir como estratégia para retirar e/ou reduzir, do Estado, a responsabilidade com as políticas públicas.

A década de 1990 se inicia em uma situação de fragilidade dos organismos de governo para mulheres, bloqueados pelo clima conservador dominante no Estado e o descrédito no movimento autônomo. Os conselhos existentes trabalhavam em condições precárias, isolados do movimento e desprestigiados no âmbito governamental. Algumas feministas, muitas delas funcionárias desses organismos nos anos 1980, criam organizações não-governamentais, (ALVAREZ, 1994, p. 272), as chamadas “ONGs feministas”, que passam a exercer de forma especializada e profissionalizada a pressão junto ao Estado, buscando influenciar nas políticas públicas. (COSTA, 2005, p 8).

Ao analisarmos o trajeto das lutas das mulheres por conquistas de direito, compreendemos que utilizar da institucionalização e “*onguização*” como substitutos do movimento feminista reivindicatório não é suficiente. Tal aproximação com o Estado e a política representativa deve ser compreendida como mais uma possibilidade e campo de reivindicação, levando em consideração que o neoliberalismo atua de maneira a enfraquecer os movimentos sociais e reduzir os gastos com as políticas públicas, dificultando, cada vez mais, a luta feminina.

Estruturas de dominação não se transformam meramente através da legislação. Esta é importante, na medida em que permite a qualquer cidadão

⁶ Cisne e Gurgel (2008) utilizam o termo *onguização* referindo ao processo em que o movimento feminista passa a se inserir dentro da lógica institucional das ONGs.

prejudicado pelas práticas discriminatórias recorrer à justiça. Todavia, enquanto perdurarem discriminações legitimadas pela ideologia dominante, especialmente contra a mulher, os próprios agentes da justiça tenderão a interpretar as ocorrências que devem julgar a luz do sistema de ideias justificador do presente estado de coisas. O poder está concentrado em mãos masculinas há milênios. E os homens temem perder privilégios que asseguram sua supremacia sobre as mulheres. (SAFFIOTI, 2001, p. 15).

Podemos analisar o movimento feminista da década de 1990, portanto, com traços do feminismo do século passado, adaptado às especificidades contemporâneas, plural. Progredindo para um processo de despolitização, manipulado pelo neoliberalismo, para auxiliar na sua manutenção.

Além disso, a estrutura administrativa, profissional e de poder estabelecida pelas instâncias das ONGs, consolidou novos grupos de representação e transferiu as decisões político-institucionais para as equipes de profissionais que, na maioria dos casos, se apresentavam como ativistas e diluíam o papel de assessoria no de representatividade. Tal fenômeno, além de alterar o perfil das organizações/movimentos anteriores, causou mudanças profundas nas relações sociais internas do movimento feminista e na sua representatividade perante o Estado. (CISNE; GURGEL, 2008, p. 72).

Entretanto, simultaneamente, o movimento feminista utiliza de tais condições para reorganizar suas pautas de luta, incitar que novas vertentes do movimento feminista se fortaleçam e se reorganizem, e retomar o caráter e autonomia de movimento social.

Traz novamente ao cenário de militância questões para além da visibilidade e identidade feminina, abrangendo as diversas maneiras de desigualdade entre os gêneros, que se manifestam em formas de violência, gama de direitos limitados, ideologia deturpada do conceito de liberdade, dentre outros pontos que refletem a opressão/exploração da mulher na sociedade capitalista.

As discussões e teorias pautadas pelo movimento feminista tem um viés crítico que é de grande relevância para o desenvolvimento da sociedade, onde como movimento social buscam por transformação, lutando pela extinção de um sistema opressor, de desigualdades, discriminações que ocasionam em violências contra a mulher e contra a sociedade em si. (MARQUES; XAVIER, 2018, p. 13).

Neste período há, também, um processo de desenvolvimento nas pesquisas e estudos sobre feminismo e uma reconfiguração deste, por parte das mulheres engajadas no movimento. Questionamentos vão surgindo, à medida que tais estudos vão se intensificando, e chamando a atenção para uma análise da atuação do movimento feminista.

Este processo de análise traz uma nova maneira de reconhecer o feminismo. As mulheres que participavam ativamente observam que o movimento feminista

representava apenas as mulheres brancas pertencentes à classe média, e que todas as mulheres que não se enquadravam nesta categoria estavam excluídas das pautas, estudos e lutas.

A partir da década de 1990, o movimento feminista vivenciou a chamada terceira onda; os estudos e as pesquisas feministas vão enriquecendo e o movimento começa a passar por grandes transformações. Feministas passaram a questionar o próprio movimento, percebia-se que os estudos feministas abordavam experiências que representavam apenas as mulheres da classe média e brancas. (MARQUES; XAVIER, 2018, p.6).

Desconsideravam que havia um pluralismo feminino, ou seja, tratavam todas as mulheres como se vivessem os mesmos tipos de opressão/exploração. A realidade das mulheres brasileiras não pode ser generalizada, é essencial considerar a classe, raça e região onde estão inseridas, para compreender as especificidades de cada categoria. Ressaltando que, embora tenha havido tal renovação, a institucionalização do feminismo ainda é presente e atuante.

Inicia-se um processo de desconstrução “universal” da mulher, ou seja, o próprio movimento feminista tratava a vida da mulher de forma coletiva como se todas as mulheres, de todas as classes e raças, vivessem os mesmos problemas, estivessem expostas à mesma forma de opressão. (MARQUES; XAVIER, 2018, p. 6).

Este entendimento de que há diversos tipos de exploração/opressão vividos por diferentes grupos de mulheres e que, é importante considerar os recortes de raça, classe e região, traz uma “renovação” para o feminismo, tanto no seu caráter de movimento social, quanto no campo de estudos e pesquisas. Buscando abarcar todas as especificidades existentes (raça, classe, região), novas vertentes ganham visibilidade no feminismo, para que este não mais seja “representativo” apenas para as mulheres brancas e de classe média.

Podemos compreender, portanto, que as condições da mulher na sociedade se constitui a partir da relação simbiótica entre patriarcado-capitalismo, fundamentando a construção do ser social com base nas necessidades de reconfigurar e reestruturar as condições adequadas para que o sistema capitalista e sua ideologia se mantenha como dominante.

Conclui-se também que o movimento feminista se produz e reproduz em consequência da conjuntura e especificidades de determinado momento histórico, considerando a raça, classe e região como relevante para compreender a opressão/exploração que a mulher vivencia.

É importante ressaltar que, embora haja este pluralismo feminino, o recorte de classe se faz de suma importância para compreender o capitalismo como responsável pela manutenção e intensificação da opressão/exploração da mulher e do modelo patriarcal na sociedade.

1.3 Gênero e produção teórica: contribuições do feminismo

A segunda onda do feminismo foi importante não só pelas conquistas através das lutas sociais, com pautas direcionadas às questões econômicas, de direitos políticos, civis e contra a ordem social, mas também por contribuir no processo de emergência dos estudos acerca da temática “gênero”. O movimento feminista utilizava como uma de suas alternativas de reivindicação e propagação do feminismo a produção de jornais e revistas. Influenciadas pelas mulheres exiladas, as feministas marxistas contribuíram para que o movimento feminista e, por conseguinte, o feminismo, se inserisse no campo da produção teórica.

Pode se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e da produção teórica feminista nas áreas da História, Ciências Sociais, Crítica Literária e Psicanálise. Por esta sua dupla característica, tanto o movimento feminista quanto a sua teoria transbordaram seus limites, provocando um interessante embate e reordenamento de diversas naturezas na história dos movimentos sociais e nas próprias teorias das Ciências Humanas em geral. (PINTO, 2010, p.15).

Composto majoritariamente por mulheres da academia, as feministas marxistas começam a produzir textos abordando temáticas relacionadas à questão de gênero. Sob a lógica do sistema patriarcal, a condição de opressão/exploração da mulher traz a essas mulheres um olhar crítico e reflexivo sobre suas próprias condições na sociedade e, sobre a ideologia patriarcal que sempre sustentou tais condições. Este processo se dá juntamente com o desenvolvimento do movimento feminista. Ou seja, o feminismo, ao mesmo tempo que se constrói enquanto movimento social, se constrói enquanto campo de estudo.

O movimento feminista tem uma característica muito particular que deve ser tomada em consideração pelos interessados em entender sua história e seus processos: é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria. Esta coincidência entre militância e teoria é rara e deriva-se, entre outras razões, do tipo social de militante que impulsionou, pelo menos em um primeiro momento, o feminismo da segunda metade do século XX:

mulheres de classe média, educadas, principalmente, nas áreas das Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise. (PINTO, 2010, p.15).

É importante ressaltar que, neste período, seguindo os avanços do movimento enquanto luta social, o termo gênero era compreendido como sinônimo de “sexo”. Ou seja, desconsiderava os elementos sociais que constroem e condicionam as relações sociais de opressão/exploração; e também, o lugar da mulher inserida na sociedade capitalista. Assim, “sexo” correspondia à natureza e “gênero” à cultura – corpo, personalidade, comportamento.

Simone de Beauvoir em *O segundo sexo* (1946), com tradução, em 1980, para o português, embora não utilizando o termo gênero, traz a concepção de que:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castro que qualificam de feminino. (BEAUVOIR *apud* CISNE, 2018, p. 46).

Contribuindo e apresentando uma nova concepção teórica e, de certa maneira, política, para os estudos onde define masculino e feminino como construções sociais e históricas, e não configuradas biologicamente. É também, após tal colocação de Simone de Beauvoir, que o termo “gênero” começa a ser compreendido de maneira mais aprofundada pelas feministas brasileiras.

Além de Beauvoir, poderíamos citar expressões feministas, não apenas no campo da produção teórica, mas, também, da ação política, que demonstraram entender a desigualdade entre homens e mulheres como históricas e não natural, e também lutaram contra essa desigualdade. (CISNE, 2018, p. 46).

Ainda na década de 1980, o feminismo passa a compreender que há um recorte de classe, raça e região, permitindo uma diferença dentro do mesmo “gênero” (aqui ainda entendido como sexo), modificando suas pautas de lutas, trazendo avanços ao movimento feminista e ao campo de estudos. Neste sentido, os estudos sobre gênero se aprofundam e ganham maiores dimensões.

Os chamados “estudos de gênero” surgem sob a influência de feministas acadêmicas no final do século XX, destacadamente entre as décadas de 1970 e 1980. A sua grande contribuição veio para enfatizar a necessidade de se desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres. Em outras palavras, a despeito das divergências e multiplicidades teóricas quem envolvem o conceito de gênero, convencionou-se, hegemonicamente, que ele designa a construção social do masculino e do feminino. (CISNE, 2018, p. 46).

O próprio entendimento do conceito “gênero” se altera, à medida que o feminismo também vai redirecionando as pautas mais amplas e de maior profundidade

crítica. Ou seja, por ser uma construção histórica, em determinado contexto e sociedade, está sempre em construção e desconstrução (movimento dialético).

Este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. (SAFFIOTI, 2011, p. 44).

Neste sentido, faz-se necessário compreender o termo gênero como uma categoria analítica, sob a égide do método materialista histórico dialético⁷ de Marx. Desta maneira, há a possibilidade de analisar historicamente as construções sociais, para compreender como as relações de gênero são constituídas e atravessadas pelas relações de classe, raça/etnia e patriarcado.

Além disso, o termo "gênero" também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" -a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. (SCOTT, 1995, p.75).

Uma vez que a questão de gênero é uma das expressões das relações sociais desenvolvidas pela lógica do modo de produção capitalista, logo, está diretamente vinculada com as determinações burguesa e patriarcal. Sendo relevante que se faça uma análise de como se dão tais relações a partir de um recorte de classe, entendendo que tais relações são dialéticas e interligadas⁸.

A “questão” de gênero tem uma importante relevância para o feminismo, sendo este o meio concreto pelo qual, através das lutas sociais, busca “superar” tal questão. Desta maneira, faz-se necessário o aprofundamento nos estudos e pesquisas acerca do “gênero” e sua articulação com as relações sociais, sendo estas construídas dentro

⁷ O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações (NETTO, 2011 p.53).

⁸Para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um "todo" constituído por "partes" funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. [...] Mas a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica - seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica (NETTO, 2011, p. 56).

da lógica do modo de produção capitalista e do patriarcado.

O estudo de gênero, através de uma análise crítica considerando as correlações entre capitalismo, patriarcado e racismo (Saffioti, 2001), proporciona análises para que se tenha uma apreensão de como se dão as relações sociais de gênero, bem como, para formulação de políticas sociais eficazes, frente ao sistema de opressão/exploração da mulher. Contribuindo, assim, para uma reflexão crítica das relações sociais, no sentido de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Os estudos de gênero, por serem capazes de captar a trama de relações sociais e políticas, situam um complexo processo de formação de identidades masculinas e femininas, bem como deslocamentos de papéis de um sexo para outro, tudo isso submetido a outras relações sociais e a muitos sistemas de poder e de dominação (como classes, raças/etnias, gerações, sexualidades) e transformações historicamente sofridas por todas elas através dos mais distintos processos sociais. O tornar-se mulher e o tornar-se homem constitui obra dessas relações. (SANTOS, 2014, p. 101).

É necessário compreender que o sujeito do conhecimento possui sexo e gênero, e está inserido numa realidade concreta, num contexto social. Sendo assim, o conhecimento não pode ser considerado puramente objetivo. Há a subjetividade de quem o constrói, e este sujeito está atravessado pelos condicionantes de classe, raça e gênero. Reconhecer esta subjetividade de quem produz conhecimento é importância para entendermos a relevância dos estudos feminista/classista no campo teórico.

Nesse sentido, uma das grandes contribuições dos estudos feministas e de gênero é mostrar a importância da posição do sujeito que produz o saber, enquanto um sujeito generizado, uma vez que essa posição tem influenciado historicamente a produção do conhecimento científico, ocultando as experiências do universo feminino. Colocam-se, assim, novos sentidos sobre o que se considera conhecimento e se problematiza a pura objetividade e universalidade do saber científico, mostrando que esse saber é sempre situado, parcial e subjetivo, porque nele se inscreve a experiência do sujeito do conhecimento. (FURLIN, 2014, p. 125).

Considerando os apontamentos acima, os estudos de “gênero”, progressivamente, adquirem espaço em diversos cursos acadêmicos, bem como em pesquisas e núcleos de estudos. Traz uma nova maneira de produzir conhecimento e fomentar pesquisas, de maneira que se tenha a objetividade necessária para que a produção seja útil e verídica, mas, ao mesmo tempo, trazendo um pouco da subjetividade de quem o produz.

Neste sentido, a produção de conhecimentos, numa perspectiva feminista, traz em sua essência uma análise e percepção das relações sociais e de gênero de maneira mais aprofundada e crítica, enfatizando a opressão/exploração da mulher na

sociedade. Deste modo, também contribui para um processo de desconstrução de um conhecimento construído a partir de uma subjetividade masculina, interferindo de certo modo na maneira em como se dá o processo de construção do conhecimento, para quê e para quem são produzidos.

Os estudos de gênero e as indagações sobre as epistemologias feministas introduziram, ao lado dos outros estilos de fazer ciência social, um estilo que desse mais lugar à reflexão sobre a subjetividade do (a) autor (a) e da construção das subjetividades dos sujeitos sociais. Com certeza, sem deslocar o outro estilo mais objetivista, produziu-se outra forma de escrever ciência. (MACHADO, 1998, p. 116).

A questão de gênero perpassa todos os contextos sociais, se constitui, dentro de um mesmo gênero, de maneiras diversas (dentro do mesmo gênero há conceitos, relações de opressão/exploração diferenciadas). Ou seja, o termo gênero não está diretamente associado apenas à desigualdade entre homens e mulheres (Saffioti, 2011).

Desta maneira, há uma abrangência no que diz respeito aos campos de estudo, temáticas e direcionamento do “para quem” se produz. A mulher está inserida em diversos contextos e meio social. Isso faz com que exista um campo de análise diverso no sentido de produção, pois são vários os recortes que podem ser feitos para estudo e produção teórica, numa perspectiva de compreender, analisar e superar a opressão/exploração da mulher na sociedade.

Um dos grandes aportes teóricos do feminismo é mostrar que a experiência é sexualizada e interfere diretamente na produção do conhecimento. Diante disso, os estudos feministas propõem uma epistemologia alternativa, que atribui novos sentidos para aquilo que se considera conhecimento, permitindo, com isso, a resignificação da objetividade e de outras categorias centrais para a filosofia feminista e para as ciências sociais. (FURLIN, 2014, p.122).

A partir de tais considerações, entendemos haver inúmeras categorias de estudos sobre gênero, uma vez que o avanço no campo da produção de conhecimento está intimamente ligado ao progresso em que o feminismo enquanto movimento social se direciona, bem como às especificidades de cada contexto social e momento histórico.

Segundo Machado (2019), um novo estilo foi criado e legitimado a partir dessa crítica cultural. O feminismo, com certeza, é uma das vozes que faz parte desse novo estilo. Daí a importância de ressaltar a extrema importância e relevância dos avanços do feminismo na produção de conhecimento, trazendo consigo novas e mais críticas

maneiras de compreender as relações sociais e o espaço da mulher na sociedade, bem como o próprio conceito do termo “gênero”, contribuindo para a formulação de políticas públicas melhor elaboradas e a desconstrução social e cultural de opressão/exploração da mulher.

Contudo, se faz necessário reafirmarmos que, mesmo havendo tais avanços consideráveis, a desigualdade de gênero não será superada no âmbito do modo de produção capitalista. Como já explicitado anteriormente, as relações sociais são construídas dentro da lógica do modo de produção capitalista e patriarcal. Portanto, para que haja um rompimento em como se dão tais relações, para assim, construir uma nova dinâmica social, é preciso que se tenha um novo modelo social para direcionar tal processo. Nesse sentido é fundamental que os movimentos feministas em suas múltiplas divergências, se alinhem para a superação do modo de produção capitalista.

2 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE GÊNERO E FEMINISMO NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL

“Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”.

(Código de Ética do/ Assistente Social)

Pretenderemos, neste capítulo, contextualizar historicamente a aproximação do Serviço Social com o debate de gênero e feminismo, a partir do Congresso de 1979, com uma reconfiguração do exercício profissional e do processo metodológico de formação, em conformidade com a teoria marxista. Também é citado, como facilitador deste processo de aproximação o Projeto Ético-Político do Serviço Social, que se pauta no Código de Ética da categoria de 1993, na lei de regulamentação da profissão e nas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e pesquisa em Serviço Social de 1996.

Posteriormente, explicitaremos, de maneira sucinta, a história do programa de pós-graduação em Serviço Social, em específico na Universidade Federal de Juiz de Fora, apresentando as linhas de pesquisas existentes no programa.

Por fim, iremos analisar as dissertações defendidas desde 2007 até 2018, com o objetivo de nos auxiliar a compreender como se desenvolve o debate sobre feminismo e gênero na produção teórica do Serviço Social na pós-graduação da faculdade de Serviço Social da UFJF.

2.1 Breve contextualização da aproximação entre Serviço Social, gênero e feminismo

O Serviço Social brasileiro, a partir do movimento de renovação da profissão, com marco da intenção de ruptura⁹, em 1979, no III Congresso Brasileiro de

⁹ Segundo Netto (2005), o processo de renovação do Serviço Social tradicional se iniciou no contexto de uma autocracia burguesa, onde a profissão possuía caráter conservador e se resumia a meros executores das políticas sociais implantadas pelo Estado, com o intuito de sanar as necessidades e interesses do mesmo. Tal processo deu-se de maneira gradual, frente às condições postas ao exercício e formação profissional, bem como uma disputa pela hegemonia das instâncias que perpassam o exercício e a formação do Serviço Social, a partir das próprias requisições da autocracia burguesa. Neste sentido o Serviço Social busca uma laicização, rompendo com os vieses conservadores que

Assistentes Social (CBAS), também conhecido como “Congresso da Virada”, tecem novos direcionamentos para o exercício profissional, bem como reformula seu aparato teórico, aproximando-se dos estudos marxistas. A partir das premissas da renovação, a profissão aproxima-se dos ideais dos movimentos sociais e, dentre eles, as organizações feministas que, no final da década de 1970, passam a compartilhar de um projeto político semelhante, compondo o mesmo campo de luta contra a ditadura.

Ainda na década de 1960, o Serviço Social inicia um movimento de reconceituação da profissão em toda a América Latina; é introduzida a perspectiva marxiana nos cursos, busca-se trabalhar numa perspectiva de Serviço Social comprometido com as classes trabalhadoras. (LISBOA, 2010, p. 71).

A formação teórica e sua aproximação com o marxismo se manifestam nos princípios comuns percebidos nos marcos regulatórios da profissão, bem como nas diretrizes das lutas de segmentos do feminismo. Na década de 1980 essa aproximação ideológica se intensifica no momento em que as lutas pela anistia e pelas eleições diretas se acirram. Concomitantemente, há um maior envolvimento do Serviço Social com a classe trabalhadora e com as teorias marxistas.

A dinamização do feminismo marxista e socialista durante as décadas de 1970 e 1980 no Brasil, marcada pela disputa entre os grupos de mulheres classistas, que analisavam a opressão das mulheres como uma questão de classe social, e os segmentos feministas, que buscavam relacionar a opressão particular das mulheres à exploração capitalista, contribuiu para uma primeira aproximação do Serviço Social ao feminismo, uma vez que a profissão também passa a incorporar a tradição marxista. (INÁCIO, 2013, p. 138).

Assim, podemos analisar a década de 1980 como o momento favorável para iniciar-se uma aproximação entre Serviço Social e feminismo.

Neste período, intensifica-se o debate sobre Ética do Serviço Social, bem como a categoria assume o comprometimento com a classe trabalhadora, através da reformulação do Código de Ética da profissão.

Também são concretizadas conquistas do movimento feminista como, por exemplo, as políticas públicas direcionadas à mulher, delegacias em defesa da

constituíam, até então, a profissão. A aproximação com outras profissões e com a teoria marxiana contribui para o processo de ruptura. Este contexto proporcionou um pluralismo teórico-metodológico que, sequencialmente, poderiam ser identificados em três direções principais. A primeira diz respeito as *perspectivas modernizadoras* no sentido de constituir o Serviço Social enquanto instrumento de intervenção da realidade social. A segunda refere-se à *reatualização do conservadorismo*, recuperando e reconfigurando características do Serviço Social “tradicional” de viés catolicista e positivista, com uma nova roupagem, mais intelectual e sofisticada. A terceira diz respeito à *intenção de ruptura* que, ao contrário das anteriores, traz uma crítica a todas as esferas que constituíam o Serviço Social “tradicional”, com o objetivo de romper com as heranças teórico-metodológicas e ideológicas.

mulher, casas de apoio à mulher e contribuições na construção da Constituinte de 1988, para assegurar direitos civis e igualdade entre homens e mulheres no âmbito conjugal.

Assim, abriu-se um espaço para inserção de assistentes sociais com atuação diretamente vinculada às questões específicas da mulher. Tal conexão é constituída por tensões e desafios, ao considerarmos que o feminismo perpassa a vida das assistentes sociais em todas as esferas: política, social, profissional e privada.

É no contexto da “virada” profissional na passagem dos anos 1970 aos 1980, quando o Serviço Social busca consolidar uma nova legitimidade profissional, agora ancorada na articulação com os movimentos sociais e das classes trabalhadoras, que a profissão aproxima-se das lutas e ideias feministas, rompendo com sua marca antifeminista que lhe é peculiar na origem da profissão. (INÁCIO, 2013, p. 124).

Em 1993, o Código de Ética profissional passa por nova reformulação, composto por princípios de equidade, justiça social e direitos humanos, reafirmando o compromisso com a classe trabalhadora. Neste período, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) formula as diretrizes curriculares do Serviço Social, com premissas teórico-metodológicas marxistas, considerando a “questão social” como objeto do Serviço Social, no processo de formação e de atuação.

[...] No mesmo ano, é aprovado o novo Código de Ética do Assistente Social, reafirmando os princípios fundamentais da atuação profissional em defesa da equidade, da justiça social e dos direitos humanos. Também em 1993, a ABEPSS define as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social, definindo “a questão social” como o objeto da profissão, em todo o território nacional. (LISBOA, 2010, p. 71).

O Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social, sendo o Código de Ética da profissão uma de suas expressões, respalda a atuação das/os assistentes sociais, articulando-se com os campos de atuação em que a categoria venha a se inserir, com os instrumentos de atuação utilizados para o exercício profissional, nas relações entre profissionais do Serviço Social e de outras categorias e também, com o próprio usuário. Cabe destacar que tal projeto se materializa a partir do exercício profissional das/os assistentes sociais, uma vez que coloca-se em prática os princípios norteadores da profissão, numa perspectiva crítica e em conformação com as necessidades historicamente postas pela classe trabalhadora. Também é através do PEP que se materializa o movimento de renovação do Serviço Social brasileiro.

Não há dúvidas de que o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional põe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favoreçam a um ou a outro projeto societário. Nas diversas e variadas ações que efetuamos, como plantões de atendimento, salas de espera, processos de supervisão e/ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica. (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 5).

Assim, para apreendermos melhor tal aproximação do Serviço Social com o feminismo é interessante analisar alguns princípios do PEP, pautados pelo Código de Ética da profissão, que trazem conceitos análogos aos que o feminismo alinha sua luta. Como alguns princípios e valores que o projeto busca legitimar na sociedade temos a liberdade, o pluralismo, a emancipação, dentre outros que vão de confronto com os conceitos de uma sociedade capitalista e patriarcal. Dentre os princípios do Código de Ética, podemos citar:

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; [...] VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; [...] VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; [...]. (CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL, 2012).

Tendo como uma de suas atribuições publicizar a opressão/exploração da mulher na sociedade de classes, o feminismo apresenta elementos que são observados no princípio VI do Código de Ética da profissão, o qual dispõe “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.

A partir dos movimentos feministas, a abordagem sobre conflitos e violência na relação entre homens e mulheres, como resultante de uma estrutura de dominação, tornou-se pública. Ressalto também, que o feminismo tem como pressuposto ético-político denunciar um conjunto de suposições que a sociedade definiu como “natural” (por exemplo, a heterossexualidade, a maternidade), engendrando práticas opressivas e discriminatórias, causando sofrimento para as pessoas que fogem do padrão de “normalidade” estabelecido. (LISBOA, 2010, p. 69).

Segundo Almeida (2013), dar visibilidade não é vitimizar determinado grupo

discriminado ou que é perpassado por qualquer questão de desigualdade ou opressão. Visibilizar é colocar em debate as construções sociais e ideológicas que fundamentam as desigualdades, sejam elas de gênero, raça/etnia e/ou classe.

Visibilizar não é vitimizar, é permitir que se estabeleçam espaços de debate sobre as formas sutis (ou não) pelas quais as discriminações se estabelecem e se perpetuam, socializando informações, discutindo direitos, estimulando a participação política pela exposição de meios concretos pelos quais esta participação se torna viável (ALMEIDA, 2013, p. 79).

É importante assinalar que estamos partindo da compreensão de um feminismo enquanto movimento social alinhado a um projeto de sociedade alternativo, contra o patriarcado e anticapitalista. Assim, podemos associá-lo como potencializador para o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Direcionando-nos à produção teórica e disciplinas obrigatórias da graduação em Serviço Social, Almeida (2013) enfatiza a limitação em relação à temática citada no princípio VI, restringindo tal conteúdo nas disciplinas de Ética profissional e Movimentos Sociais

Especialmente a formação profissional precisa se constituir cada vez mais como um campo de incidência daqueles/as que na profissão se interessam por estes debates. Ainda há limitações curriculares na maior parte das Instituições de Ensino Superior (IES) à discussão de temas como os abordados ao longo deste texto, pois, em geral, nos cursos de graduação eles tendem a ficar restritos a disciplinas como “Ética Profissional”, onde são tratados em geral superficialmente (visto que é uma disciplina obrigatória com uma ementa vasta); como “Movimentos Sociais”, onde são tratados em geral em trabalhos empíricos relacionados a expressões dos movimentos sociais, mas sem muita profundidade com relação a bibliografia, entre outras limitações. Tais temas também tendem a ser tratados em disciplinas eletivas e/ou cursos de extensão e eventos técnico-científicos pontuais. Os limites destas últimas possibilidades de discussão dos temas estão no fato de que disciplinas eletivas são circunscritas pelos limites do currículo pleno de cada curso e por condições objetivas como disponibilidade docente e interesse prévio dos/as alunos/as. Os cursos de extensão podem ter maior incidência, mas, assim como os eventos técnico-científicos pontuais, incorrem na irregularidade da oferta. (ALMEIDA, 2013, p. 81).

Também ressalta a dificuldade dos discentes que se interessam em abordar a temática nos trabalhos de monografias, teses e dissertações, o desconhecimento e/ou desinteresse, por parte dos docentes, em aceitar orientar tais discussões.

Desta forma, muitas vezes nos deparamos com alunos/as sensibilizados para a importância de discussão dessas supostas “diferenças” em suas monografias, dissertações ou teses, mas que desistem por encontrarem poucos espaços de debate sobre elas na profissão e mesmo pouco estímulo ao desenvolvimento desses temas em muitas IES. Isso, por vezes, se reflete na recusa da orientação por docentes, entre outros limites. As dificuldades da construção de uma formação profissional que permita um maior florescimento de discussões eticamente ligadas ao “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito...” estão diretamente associadas à fragilidade da

produção acadêmica de Serviço Social sobre vários dos temas associados ao sexto princípio. (ALMEIDA, 2013, p. 81).

Neste sentido, foram criados os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP), em dezembro de 2010, no XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) com o intuito de ser um espaço para produção e circulação do conhecimento relacionados às temáticas de cada núcleo, objetivando o fortalecimento do debate.

O Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades constitui-se como um espaço de elaboração, produção e circulação do conhecimento de forma articulada com as problemáticas em tela, visto que as dimensões de exploração e opressão são estruturantes da sociabilidade do capital, intrinsecamente articuladas à dimensão de classe. Este GTP tem como objetivo propor e implementar estratégias de articulação entre grupos e redes de pesquisa na perspectiva de fortalecer as discussões acerca das temáticas de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades no âmbito do Serviço Social. Para nortear tais discussões, apresenta como ementa: “Sistema capitalista-patriarcal-racista e heteronormativo”. (ALMEIDA *et.al.*, 2014, p. 233).

Dentre eles, temos o GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidade”, o qual Almeida contribuiu para sua construção.

2.2 Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil e em Juiz de Fora

A inserção de Programas de Pós-Graduação (PPG) no Brasil iniciou-se na década de 1930, sob os moldes dos programas europeus e, posteriormente, o modelo norte-americano foi implantado para nortear tais programas. Neste período, sem uma regulamentação externa, a pós-graduação pouco contribuía para a educação superior, uma vez que sua finalidade se restringia em especialização profissional, sem perspectivas de contribuições efetivas.

Duas fortes tendências marcaram a história da pós-graduação brasileira: a europeia, cujos moldes foram adotados, em 1930, no curso de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, na Faculdade Nacional de Filosofia e na Universidade de São Paulo; e a norte-americana, a partir da década de 1950, quando começaram a ser firmados acordos entre Estados Unidos e Brasil (SANTOS, 2003). Nesse período, havia interesse estatal para a formação de mão de obra especializada enquanto prerrogativa para o desenvolvimento do país e, neste contexto, foi criado o Estatuto das Universidades do Brasil, por meio do decreto 21.321, de 18 de junho de 1946. Este último apontava para a pós-graduação com finalidade específica de especialização profissional. Em princípio, sem nenhuma regulamentação externa, a pós-graduação brasileira pouco impactava na educação superior, pois, com forte subordinação cultural, eram reproduzidos modelos de ciência sem identidade nacional e sem confiabilidade internacional. (MENDES, *et.al.*, 2017, p. 166).

Na década de 1950, complementando a instauração dos programas de pós-graduação, são implementadas duas fundações, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundamentais para o desenvolvimento e qualificação da pós-graduação brasileira.

A criação das fundações do CNPq (17 de abril de 1951) e da CAPES (11 de julho de 1951) no terceiro mês do Governo Vargas identificam, como ponto estratégico de governo, a instauração dessas fundações, tornando-se fundamentais para o estabelecimento de um sistema institucional voltado ao desenvolvimento científico e tecnológico no país. (MENDES, et.al., 2017, p. 166).

Segundo Garcia e Nogueira (2017), o período da ditadura militar foi marco do processo de fortalecimento dos programas de pós-graduação, tendo como objetivo contribuir com o desenvolvimento econômico e os interesses do governo militar. Neste sentido, é implementada a Reforma Universitária e o Parecer nº 977 CES/CFE, de 3 de dezembro de 1965, institucionalizando e legislando a carreira de docência, bem como a criação do Plano Nacional de Pós-Graduação, com objetivo de integrar pesquisa e ensino, bem como a formação de recursos humanos para os demais níveis de ensino e, também, para o conjunto da sociedade (GARCIA; NOGUEIRA, 2017). Neste contexto, programas de diversas áreas foram implementados, dentre eles os programas de pós-graduação em Serviço Social.

Foi, portanto, no contexto do Regime Militar, que a formação em nível de pós-graduação vivenciou um movimento de estruturação, normatização e institucionalização, bem como de ampliação do fomento, da expansão e da adoção de sistemática de avaliação, cujas diretrizes e bases permanecem ainda hoje. Os anos 1960-1970 foram um período de criação de programas de distintas áreas, cumprindo, assim, as exigências e os interesses políticos de expansão do ensino pós-graduado para fazer frente às demandas do país à época do desenvolvimentismo. (GARCIA; NOGUEIRA, 2017, p. 147).

Os Programas de pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) se institucionalizaram e tomaram proporções significativas a partir da década de 1980, período este que se estabelece o processo de ruptura com o conservadorismo da profissão.

A maturidade acadêmica alcançada pelo Serviço Social encontra-se expressa pelo seu reconhecimento como área de conhecimento alcançado a partir de 1980, com a expansão da pós-graduação stricto sensu. Destaca-se que os avanços na formação profissional em nível de pós-graduação, desde os anos de 1980, chancelam essa maturidade acadêmica, via produção de bibliografia consistente, crítica, vasta, plural e contemporânea (ABEPSS, 2014). Esse processo teve início nos anos 1950 e 1960, passando por todas as etapas de construção e de consolidação do projeto ético-político, expresso na “direção social estratégica da profissão e no processo de renovação

profissional” (NETTO, 1996, p. 109). Neste âmbito, situa-se, historicamente, a Pós-Graduação do Serviço Social. (MENDES, et. al., 2017, p. 168).

Rompendo com os moldes de produção do conhecimento, como também da atuação na realidade social, o Serviço Social se destaca dentre os programas por apresentar uma nova apreensão entre teoria e prática, bem como sua análise e compreensão da sociedade.

Seu papel foi fundamental na superação do viés positivista “que determinava a separação do pensar e do agir, do construir conhecimento e do intervir na realidade social” (YAZBEK; SILVA, 2005, p. 42). A inserção de pesquisadores do Serviço Social nas agências de fomento brasileiras (CNPq e CAPES) ocorre na década de 1980. A avaliação realizada pela CAPES tem possibilitado o reconhecimento e a trajetória dos programas de Pós-graduação em Serviço Social, alcançando patamares de excelência e que se consolidaram nacional e internacionalmente. Ampliam-se as pesquisas e a produção do conhecimento, ganhando densidade e aferindo expertise à área. (MENDES, et. al., 2017, p. 168).

A Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS-UFJF) completou 60 anos de sua fundação no ano de 2018, sendo que sua história inicia-se no dia 16 de maio de 1958, a partir do interesse e esforço do padre Jaime Snöeck das Missionárias de Jesus Crucificado, em fundar uma faculdade de Serviço Social em Juiz de Fora. Sob a direção de Madre Maria Aparecida Guimarães, a faculdade iniciou suas atividades acadêmicas com sua aula inaugural, sediada na Av. Rio Branco, para 15 discentes. Somente em 1974 que a faculdade de Serviço Social é incorporada à UFJF, já em outro endereço (NETTO, 2008).

No decorrer da sua história, a faculdade de Serviço Social tornou-se referência em pesquisa, produção científica e contribuições sócio-políticas através da inserção dos docentes em espaços pertinentes à categoria, como a ABEPSS, Conselhos e CRESS (NETTO, 2008). Neste sentido, faz-se presente, em toda sua trajetória, seu compromisso com o as diretrizes e princípios que fomentam a atuação do assistente social, seja no âmbito acadêmico ou não, objetivando a politização e emancipação humana.

Em novembro de 2004 torna-se a única faculdade de Serviço Social em Minas Gerais com programa de pós-graduação stricto sensu, tendo como áreas temáticas “Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social”, que são particularizadas nas linhas de pesquisa “Política Social e Gestão Pública” e “Serviço Social e Sujeitos Sociais” (PLATAFORMA SUCUPIRA, 2018). Nesta perspectiva, o programa direciona-se aos estudos da questão social e suas expressões, possibilitando uma contribuição na

efetivação e ampliação dos direitos sociais da classe trabalhadora (PLATAFORMA SUCUPIRA, 2018).

2.3 A produção de conhecimentos sobre gênero e feminismo no âmbito do Serviço Social: uma análise das dissertações produzidas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora

Buscamos analisar nesta investigação os estudos a respeito do feminismo e da categoria de gênero desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, em nível de mestrado *stricto sensu*.¹⁰ Tal levantamento compreende o período de 2007 a 2018, período este referente ao primeiro e último ano em que as dissertações defendidas estão disponíveis para consulta digital no site do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da UFJF.

Somente a partir de 2013, após seis anos do programa de Pós-Graduação, foi produzida a primeira dissertação direcionada aos estudos sobre feminismo e/ou movimento de mulheres. Com um total de cento e sessenta e uma (161) dissertações defendidas, apenas cinco (05) dissertações abordaram as temáticas presentes neste trabalho, no período investigado. Desta maneira, podemos verificar um baixo número de estudos sobre temáticas que abordam a opressão/exploração da mulher a partir de produções teóricas feministas e/ou de movimentos sociais de mulheres no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFJF.

A seleção das dissertações foi realizada a partir da leitura dos títulos e das palavras-chave das dissertações, elegendo-se aquelas nas quais apareceram os termos feminismo, gênero e mulheres. As dissertações que iremos explicar no decorrer do capítulo serão, conforme quadros abaixo:

¹⁰ Ao final será disponibilizado em anexo os resumos das dissertações analisadas.

Título: Quadro 1

ANO	PALAVRAS-CHAVE	TÍTULO	NOME
2013	Feminismo, Movimento de Mulheres Camponesas, Auto-organização das mulheres.	Movimento de mulheres camponesas na trajetória feminista brasileira: uma experiência de luta por direitos e liberdade	Isabela Costa da Silva
2014	Gênero, Trabalho, Saúde do Trabalhador, Serviço Social	O processo de feminização do trabalho e as implicações para saúde da mulher trabalhadora: análise das pesquisas em Serviço Social.	Liliane Chaves Oliveira Knopp
2016	Feminismo; Produção Teórica; Serviço Social.	O debate do movimento feminista na produção acadêmica do serviço social	Verônica Medeiros Alagoano
2016	feminismo, movimento sindical, organização e luta dos trabalhadores	As mulheres e o feminismo no movimento sindical: um estudo das experiências do ANDES-SN.	Ana Paula de Souza
2018	Feminismo Representação política Democracia-burguesa Pós-modernismo	Feminismo e representação política	Laís Aparecida Santos de Oliveira

Fonte: “O feminismo no âmbito da produção do conhecimento no programa de pós-graduação na faculdade de Serviço Social da UFJF”.

Título: Quadro 2

Ano	Número de dissertações total	Número de dissertações que aborda sobre feminismo
2007	09	-
2008	09	-
2009	13	-
2010	14	-
2011	07	-
2012	19	-
2013	12	01
2014	13	02
2015	19	-
2016	15	01
2017	15	-
2018	16	01
TOTAL	161	05

Fonte: “O feminismo no âmbito da produção do conhecimento no programa de pós-graduação na faculdade de Serviço Social da UFJF”.

Entendemos como relevante a observação que, das cinco dissertações, todas foram produzidas por mulheres, sendo que quatro delas são militantes feministas e/ou de movimentos sociais. Este fato nos fez refletir sobre a influência da militância para a escolha do tema abordado na dissertação, bem como a relevância de disciplinas ministradas no decorrer da graduação, como citada, por exemplo, Classes e Movimentos Sociais. Bem como, considerar este dado como um reflexo da falta de disciplinas direcionadas aos estudos de gênero na grade curricular da faculdade de Serviço Social.

Ao analisarmos as dissertações, observamos que não há uma repetição da temática abordada. Mas, em todas as dissertações, as autoras atentam-se para a discussão e relevância da categoria “trabalho” na construção das relações sociais, bem como na construção do próprio ser social, a partir da divisão sexual do trabalho que antecede o modo de produção capitalista.

Dentre as cinco dissertações, apenas uma, intitulada “O debate do movimento feminista na produção acadêmica do Serviço Social” (2016), está diretamente direcionada para o Serviço Social, no sentido de analisar as produções do Serviço Social, que abordam temáticas relacionadas ao movimento feminista, bem como a categoria gênero. As demais dissertações se atentam a uma análise direcionada à inserção da mulher em determinadas esferas de luta e representação, como por exemplo, movimentos sociais na luta pela terra, sindicatos, como também na política, enquanto vereadoras.

Optamos por determinar alguns eixos que entendemos como relevantes a serem explanados com base na leitura das dissertações, bem como na leitura de autoras/es que norteiam este trabalho, como por exemplo, Heleieth Saffioti, Mirla Cisne, Karl Marx, dentre outros. Os eixos escolhidos são: Patriarcado; Gênero; Movimento feminista / movimento de mulheres.

Patriarcado

A categoria patriarcado foi citada nas cinco dissertações analisadas, para discorrerem sobre o processo histórico de construção social da mulher, a fim de “mostrar” como se deu e se dá a condição de opressão/exploração destas na

sociedade capitalista. Embora a categoria tenha aparecido em todas as dissertações, esta foi abordada de diferentes maneiras.

Silva (2013) entende “patriarcado” como uma forma social pré-capitalista, integrado à ideologia hegemônica da classe dominante e, portanto, também sendo produzido e reproduzido no seio da classe trabalhadora.

Baseando-se na colocação de Saffioti (2004) onde “gênero é compreendido como muito mais vasto que patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também relações igualitárias” Isabela Silva (2013) apreende o patriarcado como uma condição específica das relações de gênero, sendo estas provenientes da construção social burguesa. Enquanto categoria analítica, é de extrema importância para os estudos feministas, que em seu trabalho, direciona-se para o papel da mulher na luta pela terra.

É importante destacar que a base do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos, quer na área profissional, quer na representação parlamentar e demais postos eletivos políticos. (SILVA, 2013, p. 80).

Neste sentido, compreende o patriarcado como uma estrutura forte e atual, estando em permanentes transformações, sob as influências do espaço e do tempo. Sistema este que impede uma relação de gênero igualitária.

O patriarcado permanece um sistema vivo e forte, com diversas expressões nas relações sociais capitalistas contemporâneas. Por isso, é de extrema importância a utilização dessa categoria de análise para os estudos feministas. (SILVA, 2013, p. 78).

Knopp (2014) aborda a temática apenas em um momento, quando cita Cisne (2012) para dissertar sobre as relações sociais de gênero, enquanto estrutura da sociedade patriarcal capitalista. Neste contexto, utiliza a conceituação de Saffioti (2004) para descrever o que viria a ser o patriarcado enquanto sistema de dominação e exploração da mulher, através de uma desigualdade de poder entre homens e mulheres.

Parte deste entendimento para discorrer sobre gênero, trabalho e saúde da mulher trabalhadora, objetivando compreender o processo de adoecimento, considerando a divisão sexual do trabalho. Mas, embora tenha considerado o patriarcado como estrutura fundamental, a autora não se atentou a explicar de

maneira mais aprofundada tal categoria, a qual seria pertinente uma maior dedicação, visto sua importância.

Faz a colocação de que a profissão do Serviço Social se configura, em sua maioria, por mulheres. Mas que tal fator está associado ao modelo patriarcal da sociedade que, de maneira conservadora, subjugou a subordinação da profissão tal qual a da mulher, na sociedade burguesa. Neste sentido, direciona-se mais ao debate sobre divisão sexual do trabalho, a partir da categoria gênero.

Ao analisarmos o surgimento do Serviço Social identificamos nas produções teóricas que tratam o tema a caracterização da profissão como eminentemente composta por mulheres. E, quando prosseguimos e aprofundamos a análise do serviço social a partir da abordagem de gênero entendemos que o status de subalternidade que a profissão carrega não é fruto de sua composição feminina, mas sim de construções sociais conservadoras e centradas no padrão patriarcal de organização da sociedade. (KNOPP, 2014, p. 90).

Alagoano (2016) apresenta o patriarcado como um dos temas centrais para o debate feminista, que em sua dissertação está enfatizando o feminismo na produção acadêmica. Cita Scott para compreender a subordinação das mulheres entendendo que há limitações, como exemplo a desigualdade de gênero centrada na diferença biológica, embora tenha diversas contribuições.

Traz a discussão sobre as diversas maneiras de interpretar o termo patriarcado, bem como sua correlação com o capitalismo. Neste debate, Alagoano cita diversas vertentes teóricas, como Saffioti, Pateman, Delphy, Cisne e Kergoat. A partir de sua explanação, percebe-se sua escolha de análise baseada no referencial de Saffioti, onde utiliza-a para discorrer sobre os fundamentos históricos do patriarcado.

Em suma, pode-se assegurar que o patriarcado se consolida com a propriedade privada, sendo assim compreendido como um processo histórico e não naturalmente explicado. Por se constituir historicamente, as diferenças entre os sexos não são imutáveis, como afirma Saffioti (2015), descartando as análises “biologicistas”, “a-históricas” e as “cultural-simbólicas”. (ALAGOANO, 2016, p. 72).

Concorda com Cisne (2014) ao apresentar o patriarcado a partir de formas estruturais e superestruturais, tornando o machismo naturalizado pelos sujeitos sociais, bem como categorias “normativas” da sociedade burguesa.

Cisne (2014) ressalta a importância de compreender que patriarcado se estabelece de forma estrutural e superestrutural. Isso explica a incorporação do machismo pelos sujeitos sociais, uma vez que este se estabelece, também, a partir de ideologias beneficiadas pelas relações sociais alienadoras. Dessa forma, a heterossexualidade também se instaura a partir do patriarcado que, além de naturalizar os sexos, também o faz com a “raça” e as classes sociais. Além disso, a heterossexualidade reforça o controle da

mulher e da prole, contribuindo com a manutenção das relações sociais. (ALAGOANO, 2016, p. 73).

Compreende, assim, que o patriarcado é uma construção histórica iniciada a partir da propriedade privada, desconsiderando os fatores meramente biológicos como “justificadores” da opressão/exploração das mulheres pelo homem.

Em suma, pode-se assegurar que o patriarcado se consolida com a propriedade privada, sendo assim compreendido como um processo histórico e não naturalmente explicado. Por se constituir historicamente, as diferenças entre os sexos não são imutáveis, como afirma Saffioti (2015), descartando as análises “biologicistas”, “a-históricas” e as “cultural-simbólicas”. (ALAGOANO, 2016, p. 72).

Por fim, faz a colocação que somente com a erradicação da sociedade vigente haverá uma relação igualitária na sociedade, com a libertação da mulher, considerando que as estruturas que produzem e reproduzem a opressão/exploração das mulheres estão diretamente vinculadas ao modo de produção capitalista.

Souza (2016) apresenta o patriarcado enquanto categoria analítica, associada ao capitalismo, utilizando-o na discussão sobre a inserção das mulheres nos sindicatos, em específico no ANDES-SN. Neste sentido, a autora faz apontamentos sobre a apropriação do patriarcado pelo modo de produção capitalista, proporcionando formas particulares de se expressar na sociedade, de maneira naturalizada, constituindo a função das mulheres nos espaços públicos e privados.

Nesse sentido, o patriarcado é extensivo ao âmbito público, estabelecendo-se há milênios, ainda que com resistência e luta das mulheres pela sua superação. Como assinalamos, as relações patriarcais na sociedade de classes assumem contornos peculiares e a análise da imbricação formada entre capitalismo e patriarcado exige a determinação do ponto no qual se cruzam, ou seja, a delimitação do período histórico em que se associaram e passaram a interagir de modo particular e favorável ao processo de produção e reprodução social (SOUZA, 2016, p. 22).

Para que tal naturalização da desigualdade entre homens e mulheres se estabelece na sociedade, instituições como a Igreja, o Estado, a escola e a família foram de extrema importância, uma vez que produziam e reproduziam condicionamentos para a opressão/exploração das mulheres pelos homens.

Souza (2016) cita Saffioti e Cisne para discorrer sobre tal relação entre o modo de produção capitalista e o patriarcado, no sentido de ser parte integral de tal, e não como um complemento no processo de exploração e dominação.

Cisne (2012) destaca que as mulheres trabalhadoras, de baixa renda, são as mais atingidas pelo patriarcado, pois são oprimidas e discriminadas pelo sexo e pela classe, sobrevivendo com os mínimos possíveis e destinadas aos postos de trabalho mais vulneráveis. O modelo neoliberal instaurado no

Brasil, a partir dos anos 1990, impulsionou a precarização do trabalho das mulheres diante da intensa desresponsabilização do Estado com as políticas sociais e o processo de flexibilização das relações de trabalho. Nesse cenário, às mulheres foram destinadas as atividades caracterizadas pelo turno parcial, pelo trabalho em domicílio, pelos vínculos empregatícios terceirizados e salários baixos. (SOUZA, 2016, p. 28);

A autora recorre a Saffioti para tratar de como o patriarcado se manifesta como uma expressão específica das relações de gênero na atualidade.

[...] na sociedade capitalista a opressão de gênero é parte das relações estabelecidas entre as classes sociais e está presente na produção e, por conseguinte, na reprodução social. Desse modo, o patriarcado não representa um “acessório” utilizado pelo capitalismo quando convém, nem ao menos um mero resquício de modos de produção anteriores a ele, configura-se, portanto, como parte integral da sua estrutura de exploração e dominação. (SOUZA, 2016, p. 24).

Evidencia que as mulheres trabalhadoras, ou seja, as mulheres da classe trabalhadora, são as que mais são afetadas pelo patriarcado, pois são exploradas e oprimidas pelo sexo e pela classe (SOUZA, 2016). Apresentando como exclusiva alternativa para concretizar a emancipação da mulher, a superação da sociedade de classes. Acreditando que a luta contra o patriarcado está associada a luta contra o modo de produção capitalista.

Oliveira (2018) traz a categoria patriarcado enquanto central no debate sobre a representatividade da inserção de mulheres na política, baseando-se em todas as vereadoras que já compuseram a câmara municipal de Juiz de Fora, pois entende que tal categoria está diretamente associada ao fenômeno democrático.

A autora entende que, ao ser incorporada pelo modo de produção capitalista, a categoria contribui exclusivamente para a produção e reprodução da exploração/opressão das mulheres para além do seio familiar, tornando-se presente nos espaços democráticos e de governabilidade. Neste sentido, contribui para a marginalização histórica da inserção de mulheres nos espaços políticos.

[...] a premissa teórica da qual partimos, alicerçada em Saffioti (2015), entre outros, reitera o uso da categoria patriarcado não como uma questão meramente linguística, mas pelo convencimento de que tal sistema permanece vigente, produzindo uma unidade dialética de exploração-dominação, percebida por exemplo, na divisão social e sexual do trabalho. Compreendemos, portanto, a determinação material da categoria patriarcado, a qual não se limita ao âmbito familiar, mas que se estende à todas as instâncias da vida social, e particularmente como tratado nesta dissertação, nas estruturas de poder, na forma de organização dos governos, na dominação do Estado burguês sob o regime da democracia liberal. (OLIVEIRA, 2018, p. 124).

Oliveira (2018) também aborda o fato de que o termo patriarcado possui diversas interpretações, principalmente entre as diversas correntes teóricas do feminismo, mas que, ainda assim, é tema central dos estudos feministas.

Para sustentar teoricamente sua dissertação, a autora utiliza dentre autores e autoras, Almeida (2010), Weber e Pateman, priorizando os referenciais teóricos a Almeida (2017), Saffioti e Cisne.

Também enfatiza o fato de que o patriarcado está presente e atuante na sociedade atual, com bases concretas e responsável pelas relações de opressão/exploração da mulher pelo homem, que, ao ser apropriado pelo modo de produção capitalista, tomam novas formas, perpassando as esferas da economia, política e civil.

A origem da nossa opressão deita suas raízes no período que antecede o modo burguês de produção, mas é por ele incorporado, tornando-se um de seus grandes aliados na sociedade de classes. O patriarcado não tem seu surgimento atrelado ao capitalismo, mas é sob esta relação social que a opressão das mulheres adquire traços particulares. (OLIVEIRA, 2018, p. 124).

A partir dos expostos acima, podemos pontuar algumas conclusões. Ao analisar a utilização da categoria patriarcado, algumas autoras trouxeram-na como categoria analítica essencial para a apreensão acerca da condição da mulher, mas não se atentaram a trazer uma conceituação, ou mesmo uma breve apresentação do que seria “patriarcado”, bem como estas estão utilizando-o no trabalho.

Entretanto, outras se direcionaram a fazer uma conceituação, mesmo que sucinta, sobre o conceito, bem como sua centralidade nos estudos e discussões feministas, utilizando autoras e autores para sustentar tais colocações, dentre elas, e mais utilizada, a autora Heleieth Saffioti.

Neste sentido, é válido enfatizar o fato de o patriarcado ser uma categoria que toma especificidades a partir de um conjunto de fatores relacionados ao tempo e espaço, mas sempre com a centralidade nas premissas que constituem a condição das mulheres na sociedade. Assim sendo, podemos afirmar que o patriarcado não deixou de existir, mas em algumas linhas teóricas, vem perdendo sua utilização e compreensão sob uma perspectiva crítica e metodológica de sua correlação com o modo de produção capitalista.

Entendemos como de extrema importância fazer tal conceituação, pois, ao considerarmos que o termo patriarcado possui distintas interpretações. Ao ser utilizado de maneira “solta”, traz uma certa “neutralidade” ao termo patriarcado, pois reduz o

sentido analítico para compreender a opressão/exploração da mulher na sociedade capitalista, no debate contemporâneo. Neste sentido, bem como aponta uma das autoras, há algumas vertentes teóricas que trazem a ideia de que não “existe” mais patriarcado, que este conceito foi superado.

Assim, bem como evidenciado no capítulo 1 do referente estudo, faz-se necessário deixar claro o objetivo e sua finalidade, tal qual correlacioná-lo com as categorias de gênero, raça/etnia e classe, como enfatiza Saffioti (2001).

Gênero

O termo gênero é abordado nas cinco dissertações de maneiras bem semelhantes, partindo de uma apresentação a partir das contribuições de Rubin e Scott, as quais são consideradas pioneiras na elaboração e utilização do termo em questão.

Para fomentar o debate, as autoras utilizam majoritariamente as referências de Saffioti (2004), Cisne (2014), Hirata; Kergoat (1994), Hirata (1986), Kergoat (2003), dentre outras autoras e autores complementares ao aparato teórico, como por exemplo, Souza-Lobo, Araújo e Almeida.

Como explicitado por Alagoano (2016), o termo gênero se difunde entre as feministas acadêmicas, no Brasil, juntamente com o processo de institucionalização do feminismo via ONG's, bem como a profissionalização das militantes.

É com o espriamento do feminismo institucionalizado que, coincidentemente, o conceito de gênero é amplamente difundido e utilizado em detrimento da categoria classe social (CISNE, 2014). O acesso a análises voltadas à perspectiva de gênero garante um suporte para a “nova onda” do feminismo no Brasil, que retoma o discurso e a prática feminista europeia e estadunidense marcada pela institucionalização. Com isso, alcançaram-se o objetivo dos financiadores de implementar projetos via ONGs, orientados pelo conceito de gênero. (ALAGOANO, 2016, p. 50).

É evidenciado no decorrer das dissertações a utilização do termo na desconstrução das desigualdades entre homens e mulheres se justificar somente por fatores biológicos e fisiológicos. Neste sentido, permite que haja uma análise sobre os papéis sociais impostos a mulheres e homens, como construções históricas e sociais. Neste sentido, Silva (2013) discorre:

Os estudos de gênero despontam no movimento feminista, principalmente sob a influência de feministas acadêmicas, em finais do século XX, notadamente nas décadas de 1970 e 1980. Este aprofundamento teórico tem como objetivo trazer elementos para a compreensão do gênero como algo originário de processos históricos e sociais, questionando as justificativas puramente biológicas e fisiológicas para explicar o que é entendido na sociedade como masculino e feminino. (SILVA, 2013, p. 70).

É importante salientar que a divisão sexual do trabalho está diretamente associada à desigualdade de gênero, uma vez que se expressa através da subordinação e exploração das mulheres na esfera do trabalho assalariado, como também, nas atividades domésticas não valorizadas. Como enfatiza Knopp (2014):

Nessa medida, ao não reconhecer a atividade laborativa feminina, seja no âmbito doméstico ou no espaço da produção como trabalho, suas habilidades passam a ser considerados dons, atributos naturais do gênero feminino, portanto desvalorizadas socialmente. Processo que resulta da não identificação por parte de muitas mulheres como classe trabalhadora, não se identificando com a classe que pertencem. (KNOPP, 2014, p. 39).

Assim, as esferas que perpassam a questão de gênero, sejam elas, relações sociais e de trabalho, estão direcionadas tanto aos homens, quanto às mulheres, de maneira a compreender os papéis impostos ao que conhecemos como masculino e feminino, a fim de superar as bases concretas que fundam tais questões. Como assinalado por Oliveira (2017):

A adoção do conceito de gênero é considerada um avanço significativo, pois a “sua abordagem a partir da perspectiva crítica, buscava ampliar o debate sobre as relações sociais que perpassavam a vivência diferenciada de homens e mulheres na sociedade” (ALMEIDA 2017, p. 74). [...] Reconhecemos que, diante da utilização isolada do termo “mulher”, o conceito de “gênero” constitui-se como um significativo progresso, uma vez que indica, como afirma Saffioti (2015, p. 117), “uma recusa ao essencialismo biológico”, fomentando, assim, a problematização dos papéis socialmente construídos, abrindo margem para contestação do que se compreende enquanto naturalmente feminino e masculino. (OLIVEIRA, 2017, p. 23).

Vale ressaltar que o termo gênero não é um sinônimo de “mulher”. Esta categoria analítica refere-se às relações de homens e mulheres construídas historicamente, sob um determinado tempo e conjuntura.

Como cita Souza (2016):

Observamos que as contribuições e os limites diante da utilização da categoria gênero estão presentes na produção teórica feminista. Nesse sentido, a preocupação em evidenciar e fortalecer a mulher enquanto sujeito político, torna-se necessária diante da consolidação da opressão e exploração. (SOUZA, 2016, p. 21).

No decorrer das dissertações, as autoras dedicam-se a discorrer sobre a polissemia do termo gênero, com o objetivo de apresentar como o uso “incorreto” pode

prejudicar e/ou retroceder os estudos acerca das relações sociais que perpassam homens mulheres e suas especificidades.

Contudo, as críticas envolvendo o termo “gênero” também começam a despontar. Produto de estudos e da análise concreta das relações sociais, a denominação também isolada de “gênero” é avaliada como inconsistente para caracterizar um sistema que revele a dinâmica de opressão-exploração que perpassa a vida dos sujeitos. A referência individualizada do termo é demasiadamente ampla, e não faz referência a nenhuma forma de opressão em si. Ao contrário, o conceito encontra-se associado a uma variada gama de assuntos que englobam desde a gramática, fazendo menção aos gêneros textuais, à biologia, estando associada à classificação das espécies. (OLIVEIRA, 2018, p. 23).

Embora seja um termo que possua maior amplitude, gênero também refere-se as especificidades das mulheres na sociedade de classe, uma vez que possibilitam estudos acerca da opressão/exploração da mulher.

Apesar das divergências com relação à concepção teórica, sua utilização permitiu, de certo modo, pensar a vida das mulheres, o lugar ocupado por elas no mundo do trabalho e nos espaços de representação e luta, como uma via de mão dupla, considerando as ações e vivências dos homens nos mesmos espaços, além do enfrentamento proveniente da relação que os dois sexos estabelecem. (SOUZA, 2016, p. 21).

Enfatizam a necessidade de utilizá-lo juntamente a um outro termo que contribua para um direcionamento ao debate, como exemplo o termo patriarcado. Possibilitando assim que se tenha clareza do que está sendo tratado. Silva (2013) contribui a esta discussão fazendo a seguinte colocação:

Por fim, endossamos o pensamento de Safiotti (2004), da recusa do uso exclusivo do conceito de gênero. Segundo a autora, o conceito de gênero, ao contrário do que afirmaram muitas (os), é mais ideológico do que o de patriarcado. Como sabemos, não existe nada neutro na sociedade. Defende-se, portanto, o uso simultâneo dos conceitos de gênero e patriarcado, já que ambos têm sua importância histórica, um sendo genérico e o outro específico dos últimos seis ou sete milênios. Além disso, não podemos conceber sociedades sem representação de masculino e feminino, o que reafirma a importância desse conceito. (SILVA, 2013, p. 80).

O termo Gênero pode ser apresentado, portanto, como uma categoria analítica e histórica, que proporciona apreendermos as relações entre homem-homem, homem-mulher e mulher-mulher, suas especificidades, bem como tais relações são construídas e impostas pela sociedade capitalista e burguesa.

A partir da análise das dissertações, podemos constatar como o termo gênero é de complexo entendimento, por ter amplo campo de utilização, com diversas finalidades.

Mas, mesmo com suas complexidades, é relevante nos estudos e produções teóricas voltadas à opressão/exploração das mulheres, quando utilizado de maneira associada às relações patriarcais, de classe e raça, como enfatiza Saffioti (2001).

Movimento feminista / movimento de mulheres

As colocações sobre movimento feminista e/ou movimento de mulheres são abordadas de maneira semelhantes nas dissertações de Silva (2013), Alagoano (2016) e Souza (2016). Estas autoras apresentam as características de ambos os movimentos, trazendo a diferenciação entre eles, a partir de suas pautas e lutas.

Em quatro dissertações, sendo estas Silva (2013), Knopp (2014), Alagoano (2016) e Souza (2016), as autoras discorrem sobre o processo histórico do movimento feminista, suas fases, características e lutas principais, bem como os avanços e conquistas. Sendo Pinto (2003) a principal autora utilizada nesta construção histórica.

Sob a lógica das temáticas de cada dissertação, as autoras apresentam como o movimento feminista e/ou movimento de mulheres contribuíram na ideação dos respectivos espaços em debate.

Neste sentido, Silva (2013) traz a discussão acerca do movimento feminista e camponês, com foco nas contribuições das mulheres na luta pela terra. Utiliza como aporte teórico autoras e autores como Engels, Gurgel, Cisne e Duriguetto.

A autora direciona suas colocações para a auto-organização das mulheres nos movimentos sociais, dando como exemplos, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), o Movimento Mulheres em Luta (MML) e a União Brasileira de Mulheres (UBM).

Enfatiza, dentre estes, o MMC, caracterizando-o como um movimento feminista classista e socialista, que compõe a Via Campesina, sendo esta um movimento misto, ou seja, onde militam homens e mulheres. Também faz referência à participação das mulheres na Revolução Russa, em 1917, enfatizando assim em seu trabalho, a necessidade de um feminismo classista e socialista.

Sem dúvida, o MMC é um movimento social muito importante na conjuntura política brasileira, em termos de organização da classe trabalhadora, classista e feminista. Primeiro, porque apesar de ser um movimento recente

- em seu caráter nacional - traz em si um histórico de luta e organização das mulheres camponesas que vem desde a década de 1980, a partir do processo de redemocratização do país. Contudo, traz também características de um movimento novo, tanto pela sua organicidade ainda incipiente e poucos espaços massivos de mulheres em âmbito nacional - realizados enquanto MMC Brasil -, quanto pelos elementos inovadores que apresenta em sua prática política, sua irreverência e radicalidade, principalmente a partir da auto-organização das mulheres e do embate constante com o capital e suas formas de reprodução. (SILVA, 2013, p. 98).

Silva (2013) difere o movimento feminista do movimento de mulheres, sendo o primeiro caracterizado por pautas e lutas contra todas as formas de opressão/exploração das mulheres, na busca por igualdade, liberdade e autonomia destas. Já o movimento de mulheres, não necessariamente possui tal caráter de reestruturação social, dedicando-se mais a pautas relacionadas aos direitos e necessidades imediatas do cotidiano. Não tendo, portanto, caráter feminista.

É importante salientar que, o movimento feminista, desde seu surgimento, realizou um enfrentamento ao sistema patriarcal-capitalista vigente, com críticas radicais à propriedade privada, à igreja, à família e ao Estado, segundo seu papel na reprodução das relações de gênero desiguais e opressivas. É importante, no entanto, esclarecer que, nem todo movimento de mulheres é um movimento feminista. Segundo Duriguetto e Montañó (2011), o movimento feminista é caracterizado pela luta contra todas as formas de opressão, subalternidade e discriminação sobre as mulheres, buscando, para tanto, liberdade, igualdade e a autonomia. Já o movimento de mulheres, não necessariamente adota a perspectiva feminista. Há, inclusive, movimentos de mulheres que são “anti-feministas”, ou seja, reivindicam bandeiras que vão de encontro à busca por direitos encampada pelo movimento feminista. Um exemplo disso é a campanha das mulheres evangélicas contra a legalização do aborto, pauta historicamente defendida pelo movimento feminista em vários países. (SILVA, 2013, p. 84).

Assim sendo, Silva (2013) expõe o movimento feminista como um sujeito coletivo que luta contra a ordem patriarcal-capitalista, na busca pela emancipação da mulher.

Knopp (2014) apresenta o movimento feminista como um caminho para reivindicar direitos e igualdade, mesmo que dentro da lógica capitalista, como também, a busca pela libertação das mulheres da dominação patriarcal. Utiliza, dentre outros, Cisne, Hirata e Kergoat, como referências teóricas em seu debate.

A autora evidencia que o estudo sobre a divisão sexual do trabalho desenvolve-se a partir da tomada de consciência feminista, a qual apreende a existência de uma desigualdade entre homens e mulheres ao que se refere a esfera do trabalho.

[...] o termo “divisão sexual do trabalho” surgiu o século XX, na década de 1970 com o movimento feminista que questionou o fato do trabalho doméstico desenvolvido no âmbito do lar não ser considerado trabalho. E os estudos sobre divisão sexual do trabalho vieram acompanhados pelo surgimento da categoria gênero com a qual mantinha uma relação indissociável. Esta última categoria tem um conceito relacional, à medida que procura compreender as desigualdades, subordinação, opressão, discriminação da mulher em relação

ao homem. Os papéis de homens e mulheres na esfera da produção e reprodução social são determinados por uma cultura patriarcalista que coaduna com os interesses do capitalismo em maximizar seus lucros a partir da exploração da classe trabalhadora. (KNOPP, 2014, p. 41).

Knopp (2014) direciona sua abordagem ao processo de feminização do trabalho, bem como à divisão sexual do trabalho, com objetivo de compreender seu rebatimento na saúde da mulher trabalhadora, como também nas políticas públicas voltadas para tal perfil de usuária.

Neste sentido, o eixo movimento feminista é utilizado apenas como aporte no processo de construção da dissertação, sem muita ênfase.

Alagoano (2016) direciona sua dissertação a analisar o debate sobre feminismo na produção do Serviço Social, utilizando de referências teóricas como Saffioti (1976), Pinto (2003), Souza-Lobo (2011) e Cisne (2014) para fazer menção ao movimento feminista e/ou movimento de mulheres.

Discorre sobre o movimento feminista enquanto sujeito coletivo de extrema relevância na luta de classes, o qual questiona o papel da mulher na sociedade de classes, reivindicando igualdade de direitos políticos e civis. Tendo como gênese de sua emergência, a contradição entre capital e trabalho. Neste sentido, busca a transformação radical da sociedade. Ou seja, a superação de uma sociedade capitalista, fundada em classes sociais.

Dessa forma, o movimento feminista emerge como sujeito coletivo capaz de expor a condição subalterna das mulheres e reclamar igualdade entre os sexos, direitos políticos e sociais e confrontar a própria ordem societária. (ALAGOANO, 2016, p. 62).

A autora, em concordância com Cisne (2012) e Souza-Lobo (2011) destaca que, embora haja diferenças pontuais entre movimento feminista e movimento de mulheres, ambos buscam avanços e melhorias para as mulheres na sociedade vigente.

Portanto, não há uma distinção entre movimento feminista e movimento de mulheres no Brasil. Comumente, o primeiro é compreendido como movimento de “classe média”, cujas reivindicações estão no campo sociocultural, como a questão do aborto, sexualidade, violência; já o segundo pode ser definido como movimentos populares cujas reivindicações se situam num campo social e econômico. Entretanto, como elucida Souza-Lobo (2011, p. 244), “as trajetórias e práticas das feministas se confundem com o movimento de mulheres: nos congressos, nas tentativas de um trabalho ‘de mulheres’ nos sindicatos”. Nesse sentido, Cisne (2014, p. 129) destaca que “todo movimento feminista é um movimento de mulheres, ainda que tenham grupos de homens que se reivindicam feministas e integrantes do movimento”, apesar de “que nem todo movimento de mulheres, necessariamente, possui uma configuração feminista”. Para a autora, mesmo com algumas diferenças,

tanto os denominados movimentos feministas como os movimentos de mulheres integram o campo da luta das mulheres no Brasil. (ALAGOANO, 2016, p. 38).

Alagoano (2016) cita, no decorrer de sua dissertação, alguns movimentos por ela considerados movimentos classistas que surgem para redirecionar a luta feminista, após o processo de institucionalização destes, na década de 1990. Sendo estes, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), o Movimento Mulheres em Luta (MML), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a nacionalização do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

No percurso histórico do feminismo, é preciso ressaltar o processo de institucionalização pelo qual os movimentos feministas atravessaram nos anos finais da década de 1980 e que impactaram regressivamente as formas de mobilização e de luta feministas. Esse quadro somente será redimensionado na década de 2000, período em que surgem a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), o Movimento Mulheres em Luta (MML), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a nacionalização do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Tais movimentos e organizações, além de marcarem um novo período de configuração da luta feminista, depois de um longo processo de institucionalização, foram e são de grande relevância por assumirem um caráter anticapitalista e por se tornarem as principais referências da luta feminista crítica e classista no Brasil na atualidade. (ALAGOANO, 2016, p. 17).

A autora aborda também as dificuldades de o movimento feminista manter sua autonomia frente aos rebatimentos pós-modernos que o modelo neoliberal impõe aos movimentos sociais, enfatizando a necessidade de uma perspectiva classista.

Souza (2016) direciona o debate para a necessidade de entrelaçar a luta sindical com a luta do movimento feminista e de mulheres, objetivando a dificuldade de participação e representação das mulheres nos espaços sindicais, tidos como espaços masculinos, considerando como espaço em debate, o ANDES-SN.

O movimento feminista ao longo de sua consolidação e a partir de figuras históricas como Clara Zetkin, Alexandra Kolontai e Rosa Luxemburgo aponta a necessidade de desconstrução desse padrão de representatividade, destacando que o espaço público pertence às mulheres com toda sua diversidade étnica, entonação e estilo de vida. A fala não precisa ser mais alta ou grave para ser escutada e o diálogo não pressupõe virilidade. A desconstrução dos estereótipos é elemento importante para o enfrentamento ao machismo que permeia as organizações sindicais e os demais espaços públicos onde as mulheres almejam participação (SOUZA, 2016, p. 102).

Faz menção a autores e autoras como Souza-Lobo, Cisne, Álvarez e Pinto para referenciar teoricamente sua dissertação.

Traz diferenças entre o movimento feminista e o movimento de mulheres, onde o primeiro está associado às demandas relacionadas a condições de vida,

sobrevivência e trabalho. Não fazendo, portanto, vinculação ao debate e lutas referentes às classes sociais, relações patriarcais e à divisão sexual do trabalho.

O movimento de mulheres caracteriza-se pela organização diante de pautas específicas relativas às condições de vida e trabalho das mulheres, sem necessariamente relacionar os debates e as lutas às questões mais estruturais, como a conformação das classes sociais, as relações patriarcais de gênero ou a divisão sexual do trabalho. Ao longo da história brasileira exemplos dessa atuação organizada das mulheres estão presentes, como nas mobilizações por creches, moradia, transporte, acesso aos serviços de saúde ou pela redução dos preços de gêneros alimentícios. (SOUZA, 2016, p. 29).

Já o segundo, além de abarcar as pautas citadas anteriormente, tem a capacidade de fazer uma leitura crítica da realidade, compreendendo as condições estruturais que constituem elementos para a opressão/exploração das mulheres, buscando construir meios de modificar a realidade, através da organização.

Já o movimento feminista envolve, além das lutas por pautas específicas, a elaboração teórica capaz de ampliar a leitura da realidade, considerando os elementos que propiciam a opressão, a violência e a exploração das mulheres para, a partir da organização, construir ações capazes de transformar a realidade. Representa uma organização específica no contexto de articulação mais ampla das mulheres, ou seja, faz parte do movimento de mulheres, mas em momentos históricos determinados pela conjuntura econômica, política e social. Traz consigo a referência à autonomia das mulheres sobre seus corpos e suas vidas ao pautar questões como a sexualidade e o aborto, além de temas capazes de contribuir com a conquista e ampliação de direitos civis e políticos. (SOUZA, 2016, p. 30).

A autora entende que, embora haja diversas vertentes e ideologias na luta feminista, há a necessidade de um caráter de classe, não podendo estar, portanto, o feminismo estar dissociado à luta da classe trabalhadora.

A diversidade de organização e direcionamentos políticos e ideológicos, incidentes no movimento feminista promovem a ampliação do debate sobre os direitos das mulheres, no mesmo movimento também possibilita a fragmentação da luta e a construção de uma perspectiva feminista ancorada na luta contra o capitalismo, estrutura que fomenta a supremacia masculina (SOUZA, 2016, p. 49).

Neste sentido, Souza (2016) enfatiza a perspectiva classista do feminismo, com ideologia socialista, anticapitalista e antipatriarcal.

Em nosso estudo, consideramos a perspectiva que caracteriza o feminismo como movimento social de caráter classista, propulsor da liberdade, da autonomia e da igualdade social, econômica e política das mulheres em relação aos homens. Esta definição aponta para a construção coletiva capaz de propor a superação da discriminação e da subalternidade vivenciadas por elas nos espaços públicos e privados, consolidando a partir da transformação social as condições necessárias para emancipação. (SOUZA, 2016, p. 50).

A autora cita o Movimento Mulheres em Luta (MML) criado para contribuir no

processo de inserção das pautas específicas das mulheres dentro dos sindicatos. Neste sentido, o MML é associado a CSP- Conlutas, central sindical do qual o ANDES-SN é filiado.

Oliveira (2018) utiliza como aporte teórico Pinto, Mano, Cisne, Duriguetto, dentre outros. Ao direcionar o debate para a representatividade política das mulheres que compuseram a câmara de vereadoras de Juiz de Fora, menciona as contribuições e participações do movimento feminista e/ou movimento de mulheres no processo de inserção das mulheres na política, através dos ganhos nos direitos civis e políticos. Enfatiza que o movimento feminista é protagonista na luta pela superação da opressão/exploração das mulheres.

A autora cita alguns movimentos como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), União Brasileira de Mulheres (UBM), Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e a secretaria das Mulheres do MST, os quais, segundo Oliveira (2018) possuem posicionamentos políticos

contra o agronegócio, modelo de agricultura do capitalismo, e são a favor dos pequenos agricultores; buscam a ampliação dos direitos previdenciários e trabalhistas das mulheres; realizam a defesa de uma reforma tributária que não se paute na arrecadação dos impostos regressivos e indiretos, já que estes afetam sobretudo os mais pobres. Suas pautas também incluem a necessidade de uma efetiva reforma política, que, em vez de tolher a participação popular, possa potencializá-la. (OLIVEIRA, 2018, p. 42).

Constrói sua explanação a partir das entrevistas realizadas com militantes de movimentos feministas classistas e ex-vereadoras, buscando compreender como se dá essa interlocução e se, de fato, a inserção das mulheres em espaços políticos, efetivamente promove representatividade e melhoria para as lutas feministas. Bem como, apresenta como se deu a militância e o processo de inserção das mulheres entrevistadas, na vida política.

A pesquisa que realizamos buscou trabalhar alguns aspectos inerentes à questão da representatividade. Neste sentido, a entrevista com as parlamentares teve como intuito compreender se a eleição de mulheres, no âmbito do município de Juiz de Fora, tem avançado na proposição de pautas que contemplem as reivindicações das mulheres trabalhadoras, e se a atuação no legislativo se encontra sintonizada com uma perspectiva feminista classista. (OLIVEIRA, 2018, p. 127).

A autora aborda a questão da pós-modernidade em relação à necessidade de representatividade, restringindo-se a esta, e a utilização do “empoderamento”, no que refere-se a uma mínima ascensão de postos ocupados por mulheres, no caso, cargos políticos.

Neste sentido, a luta das mulheres, encabeçada por movimentos pós-modernos, apresenta demandas que se voltam ao empoderamento feminino e à importância de eleger um sujeito esculpido à imagem das minorias, isto é, a figura de uma mulher, de um homem negro, de um transexual. Nesta realidade efêmera e fragmentada, a noção de classes é, por vezes, diluída. Situados fora da esfera da produção, seus protagonistas, ao pautarem suas lutas, o fazem a partir da perspectiva de ampliação de direitos, já que para muitos, o capitalismo é sinônimo de “fim da história”, ou seja, o último estágio de desenvolvimentos da produção social (OLIVEIRA, 2018, p. 127).

Segundo a autora, os projetos criados pelas ex-vereadoras, bem como seus posicionamentos, condizem com as pautas dos partidos referente a cada uma.

Ao final da entrevista com as vereadoras, constatamos que as mulheres eleitas para cargo no legislativo correspondem à ideologia de seu partido. Neste sentido, encontramos nas candidatas afinadas com os princípios ideológicos da esquerda os posicionamentos mais críticos relacionados à mulher, a sociedade de classes, ao contexto político da atual conjuntura e ao próprio papel de legislador. (OLIVEIRA, 2018, p. 130)

Tal apontamento contribui para a análise de que a representatividade é falha, quando as pautas e reivindicações das mulheres em geral ficam em segundo plano, e as pautas partidárias são priorizadas.

Apontamos como relevante o debate sobre movimento feminista, enquanto um instrumento de luta social que busca não somente direitos e melhoria para as mulheres, mas para além, é um meio de buscar a superação da sociedade vigente, patriarcal-capitalista-racista.

Neste sentido, o movimento feminista classista é fundamental para tal processo pois, sob a perspectiva marxista, possibilita uma leitura da realidade, em sua totalidade. Podendo assim, identificar as estruturas concretas que sustentam a opressão/exploração das mulheres, sob a lógica do modo de produção capitalista, e vislumbrar como alternativa, uma nova sociedade, sob a lógica socialista.

Em contrapartida, com influência da pós-modernidade¹¹ e do neoliberalismo, alguns movimentos feministas não consideram as estruturas capitalistas como responsáveis pela opressão/exploração das mulheres, restringindo as lutas apenas por direitos e legislações direcionadas as desigualdades de gênero, dentro das limitações da sociedade burguesa. Tendo, como exemplo, o processo de onguização do feminismo, onde as militantes tornam-se profissionais e passam a atuar, via institucionalidade, priorizando as necessidades dos investidores, deixando em

¹¹ Entendemos como pós-modernidade o movimento que surgiu a partir dos anos 1980, o qual faz críticas tanto ao marxismo, quanto a movimentos de direita, acreditando que a sociedade moderna foi superada. Neste sentido, centraliza as discussões na subjetividade individual e cultural e desconsidera a contradição e luta de classes.

segundo plano as demandas das mulheres.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado na análise das dissertações do Programa de Pós-Graduação do Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, no período compreendido entre 2007-2018, pudemos observar como são abordados os temas “feminismo”, “gênero” e “patriarcado” na produção do conhecimento.

As dissertações, em sua maioria, apresentam as temáticas a partir de uma retomada histórica, mostrando como se deu o processo de consolidação do movimento feminista, suas vertentes, períodos, pautas e lutas principais e, conseqüentemente, os avanços de direitos e legislações para a condição de opressão/exploração das mulheres na sociedade burguesa. No mesmo sentido, faz-se com “gênero”, apresentando as múltiplas interpretações do termo, bem como tal característica é positiva ou não para os estudos sobre a opressão/exploração das mulheres.

A partir de uma retomada histórica sobre o processo de consolidação do feminismo e do Serviço Social no Brasil, apresentamos a relação entre feminismo e Serviço Social na construção de alternativas para uma sociedade sem preconceito e desigualdade, partindo dos princípios do PEP e do Código de ética do Serviço Social, bem como das pautas e lutas do feminismo classista. Para tal, é de extrema relevância difundirmos a produção de conhecimento em Serviço Social que valoriza o debate sobre feminismo, gênero, patriarcado, enquanto elementos fundamentais para a compreensão da questão social, juntamente com classe e raça/etnia.

O Serviço Social, a partir de sua aproximação com o marxismo, constrói seu aparato teórico-metodológico para possibilitar um entendimento crítico das expressões da questão social, considerando o modo de produção capitalista responsável pela produção e reprodução das relações sociais. Neste sentido, apontamos sua contribuição e relevância na produção de conhecimento, por apresentar a realidade em sua totalidade.

Ao final da análise, podemos verificar reduzida produção que aborda o termo e sua utilização de maneira crítica e analítica, quando em todas as dissertações foram utilizadas as mesmas referências como aporte teórico das colocações feitas pelas autoras. Tal escassez teórica reflete na dificuldade de novas produções teóricas acerca da temática, como também a ínfima compreensão da importância de se debater e construir produções que abarquem a riqueza da dimensão teórica feminista,

entendendo-a como um potencializador na dimensão técnico-operativa e teórico-metodológica do Serviço Social.

Além de refletir a ausência de disciplinas que abordam a questão de gênero no decorrer da formação acadêmica, visto que esta perpassa o cotidiano da categoria em todas as esferas, principalmente pelo fato de a categoria ser majoritariamente composta por mulheres. É importante ressaltar que o fato do Serviço Social ser majoritariamente feminino é consequência da divisão sexual do trabalho, divisão esta que naturaliza os trabalhos na esfera produtiva ao homem, e reprodutiva à mulher.

É válido enfatizar que partimos da compreensão de um feminismo classista, de ideologia marxista, pois entendemos que este possibilita uma análise da realidade em sua totalidade, identificando e considerando as estruturas concretas que compõem as condições de opressão/exploração das mulheres, mas que tal especificidade está inserida em uma contradição de classes ampla, onde a classe trabalhadora, homens e mulheres, são exploradas e oprimidas pelo modo de produção capitalista.

Neste sentido podemos concluir que gênero não é sinônimo de “mulher”. Ou seja, a questão de gênero não se refere somente às mulheres, mas a todos que constituem a sociedade. Auxilia para compreendermos as especificidades das mulheres na sociedade de classes, a qual a ideologia dominante é capitalista-patriarcal-racista.

Por ter base concreta em uma determinada sociedade a qual direciona a ideologia dominante, no caso, a sociedade burguesa, as questões de gênero podem ser superadas a partir de uma nova estrutura de sociedade vigente, sem opressão/exploração de classe, raça/etnia e gênero. Ou seja, através de uma sociedade socialista, tendo como objetivo a emancipação humana.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Grupo temático de pesquisa serviço social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades: breve histórico e desafios.** In: Temporalis, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 233-241, jan./jun. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Dialnet-GtpEmServicoSocialRelacoesDeExploracaoopressaoDeGe-5017162.pdf> Acesso em 29 de agosto de 2019.

ALAGOANO, Verônica Medeiros. **O debate do movimento feminista na produção acadêmica do Serviço Social.** Dissertação (Pós-Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

ALMEIDA, Guilherme. **Superando o politicamente correto: nota sobre o sexto princípio fundamental do código de ético do/a assistente social.** Conselho Regional de Serviço Social/RJ. 2013.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

SANTOS, Ana Elizabeth Lole. **Emancipação Para Quem? Uma análise gramsciana sobre estudos de gênero e Serviço Social.** Tese (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014.

BEZERRA, Vanessa; VELOSO, Renato. **Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica.** São Paulo: Saraiva, 2015.

BONNETI, Alinne; SOUZA, Ângela Maria F. L. (org). **Gênero, mulheres e feminismo.** Bahia: EDUFBA, 2011. Disponível em <http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/bahianas-n14_repositorio-Copy1.pdf> Acesso em: 28 maio, 2019.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M.M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE; Mirla; GURGEL, Telma. **Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres.** In: Ser Social, Brasília, v. 10, n. 22, p. 69-96, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/18> Acesso em: 18 junho, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a Assistente Social: lei 8662/93.** 10ª ed. Brasília, DF, 2012.

Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 33, jan./jun. 2017. Disponível em:

<<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/16671>> Acesso em: 17 setembro, 2019.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento feminista no brasil: dinâmicas de uma intervenção política.** In: Revista Gênero. Universidade Federal Fluminense, v5, n 2, 2005. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380>> Acesso em: 7 maio, 2018.

SILVA, Isabela Costa da. **Movimento de mulheres camponesas na trajetória feminista brasileira: uma experiência de luta por direitos e liberdade.** Dissertação (Pós-Graduação em Serviço Social) Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FURLIN, Neiva. **A categoria de gênero e o seu estatuto na produção do conhecimento: algumas considerações teóricas.** In: Periódicos UFSM, v. 27 n 2, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/12751/pdf>> Acesso em: 06 maio, 2019.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **Reflexões sobre a pós-graduação em Serviço Social no Brasil através do perfil dos docentes.** In: R. Katál., Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 145-154, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v20n2/pt_1414-4980-rk-20-02-00155.pdf> Acesso em: 1 outubro, 2019.

GURGEL, Telma. **Feminismos no brasil contemporâneo: apontamentos críticos e desafios organizativos.** In: Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 57-76, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7185>> Acesso em: 22 setembro, 2019.

HARAWAY, Donna. **“Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra.** In: Cadernos Pagu (22) 2004: pp.201-246. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644638>> Acesso em: 09 abril, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo.** Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano II, nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS.

_____. **CONFERÊNCIA: Cinquenta anos do Serviço Social brasileiro.** In: Revista Libertas, Juiz de Fora, v.8, n.2, p.7 - 23, jul-dez / 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18166>> Acesso em: 14 outubro, 2019.

INÁCIO, Miriam de Oliveira. **A emancipação das mulheres no Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições e dilemas das relações entre**

Marxismo e Feminismo. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo.** In: Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: UNESP (PEU), 2009. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf> Acesso em: 15 abril. 2018.

KNOPP, Liliane Chaves Oliveira. **O processo de feminização do trabalho e as implicações para saúde da mulher trabalhadora: análise das pesquisas em Serviço Social.** Dissertação (Pós-Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, feminismo e Serviço social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão.** Revista Katálisis, Florianópolis. V. 13 n. 1 p. 66-75 jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S141449802010000100008/12731>> Acesso em 17 de setembro de 2019.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MACHADO, Lia Zanott. **Gênero, um novo paradigma?** In: Cadernos Pagu (11) 1998:pp.107-125. Disponível em:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634467>> Acesso em: 28 maio, 2019.

MARQUES, Melanie Cavalcante; XAVIER, KellaRivetria Lucena. **A gênese do movimento feminista e sua trajetória no Brasil.** VI Seminário CETROS. Crise e mundo do trabalho no Brasil: desafios para a classe trabalhadora – Universidade Estadual do Ceará, Agosto, 2018. Disponível em: <http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/edicao_2018.html> Acesso em: 07 maio, 2019.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. Volume I.** São Paulo, Editora Nova Cultural, 1996.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. **Os Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS na relação entre pós-graduação e graduação.** In: Revista Katálisis, v.20,n.2, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592017v20n2p272>> Acesso em: 01 outubro, 2019.

MENDES, J. M. R.; WERLANG, R.; SANTOS, A. M. **Pós-graduação em Serviço Social no Brasil: há uma pedra no caminho.** In: Revista Katálisis, v.20,n.2, 2017.

Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592017v20n2p175>> Acesso em: 01 outubro, 2019.

MOREIRA, Laís de Araújo. **Direito e gênero: a contribuição feminista para a formação política das mulheres no processo de (re) democratização brasileiro.** Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas - Universidade Federal da Paraíba V. 5 - Nº 01 - Ano 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/index>> Acesso em 26 de maio de 2018.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Conferência na comemoração dos 50 anos de fundação da faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.** In: Revista Libertas, Juiz de Fora, v.8, n.2, p.7 - 23, jul-dez / 2008.

Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18165>> Acesso em: 14 outubro, 2019.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Introdução ao estudo do Método de Marx.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Laís Aparecida Santos de. **Feminismo e representação política.** Dissertação (Pós-Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

PATRÍCIO, Carlos Marcelo Silva; SILVA, Emily de Paula. **O estado capitalista neoliberal e a (re) configuração das políticas sociais: impactos para a classe trabalhadora.** VI Seminário CETROS. Crise e mundo do trabalho no Brasil: desafios para a classe trabalhadora – Universidade Estadual do Ceará, Agosto, 2018.

Disponível em: <http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/edicao_2018.html> Acesso em: 07 maio, 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. **Feminismo, História e Pode.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>> Acesso em: 15 maio, 2018.

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social /UFJF. Relatório da Plataforma Sucupira, 2018.

QUEIROZ, Fernanda Marques. DINIZ, Maria Ilidiana. **Serviço Social, lutas feministas e violência contra a mulher.** In: Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 95-112, jul./dez. 2014. Disponível

em:<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/11339>> Acesso em: 14 setembro, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade**; prefácio de Antônio Cândido de Mello & Souza. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 2001.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade: jul/dez, 1995.

SILVA, Isabela Costa da. **Movimento de mulheres camponesas na trajetória feminista brasileira: uma experiência de luta por direitos e liberdade**.

Dissertação (Pós-Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

SOUZA, Ana Paula de. **As mulheres e o feminismo no movimento sindical: um estudo das experiências do ANDES-SN**. Dissertação (Pós-Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

SOUZA, Vanessa Bezerra de. **Gênero, marxismo e Serviço Social**.

In:RevistaTemporalis. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 13-31, jan./jun. 2014.

Disponível em:<<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7429>> Acesso em 23 de abril de 2018.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social**. CFESS, ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CEAD/UnB. Brasília. 2009.

ANEXO

Resumo de apresentação das dissertações

Isabela Costa da Silva (2013)

Movimento de mulheres camponesas na trajetória feminista brasileira: uma experiência de luta por direitos e liberdade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cristina Simões Bezerra

O interesse da autora em abordar tal tema deu-se a partir das aulas de Classes e Movimentos Sociais ofertada no curso de Serviço Social, bem como a militância no movimento estudantil durante a graduação. A participação no 6º Estágio Interdisciplinar de Vivência em Áreas de Reforma Agrária de Minas Gerais (EIV-MG), em 2009, também contribuiu para o processo de escolha da temática, bem como sua inquietação sobre a participação política desigual entre homens e mulheres nas organizações da classe trabalhadora e a divisão sexual do trabalho, em específico nas tarefas do campo.

A dissertação foi dividida em três capítulos, no qual o primeiro capítulo traz uma introdução sobre questão social, movimentos sociais e luta de classes, afim de contextualizar o surgimento do MMC e da Via Campesina. Também faz uma explanação sobre a questão agrária no Brasil.

Baseando-se teoricamente em obras marxistas e gramscianas, como também, em intelectuais brasileiras (os), como por exemplo, a docente e mestra do Serviço Social, Maria Lúcia Duriguetto, é abordado a “questão social” como decorrência da contradição entre capital x trabalho, sendo a condição básica do sistema capitalista se estruturar. Faz uma explanação da constituição das classes sociais, bem como do processo de construção de Estado e participação da sociedade civil, em especial, através de movimentos sociais, sendo estes entendidos como espaços de contra hegemonia. Mas, por alguns movimentos sociais serem identitários e não terem um recorte classista, ou seja, levando em conta as relações sociais mediadas pelo capitalismo, tornava-os funcionais ao capital. A partir desta reflexa, inicia-se uma apresentação do MMC, enquanto movimento classista, contra hegemônico.

Dentre os movimentos sociais, é objeto da pesquisa, o movimento camponês, sendo este um movimento de enfrentamento ao agronegócio. Discorre sobre a

questão agrária no Brasil, o processo histórico pós escravidão, contribuindo para a consolidação de uma população sem-terra para viver. Neste contexto que surge a Via Campesina, como sujeito político de luta pela terra e por uma agricultura diferente ao modelo neoliberal. É enfatizada a participação das mulheres nos movimentos pela terra (também nos demais movimentos da classe trabalhadora) com sua auto-organização.

No segundo capítulo, disserta sobre a opressão/exploração da mulher no sistema capitalista, o qual o caracteriza como “sistema patriarcal-racista-capitalista”, para sustentar a importância do debate da participação política da mulher, como também, o debate sobre gênero nos movimentos sociais.

Traz apontamentos positivos e negativos das obras marxistas (Marx, Engels e Lênin) no que se refere à mulher. Afirma que, ao seu entendimento, o método materialista histórico-dialético de Marx é o melhor e mais completo método de análise para compreender a questão da mulher, uma vez que tal método permite um estudo e compreensão da totalidade. Faz críticas, ao mesmo tempo, com relação a certas colocações de Marx e Engels, quando diz que estes, em suas obras, referem-se às mulheres como “escravas, servas, proletárias do proletariado ...”, contribuindo para que não se tenha “uma compreensão da função geral da exploração das mulheres no sistema capitalista” (p. 52).

Discorre sobre alguns outros modelos de família, mas atenta-se a família patriarcal, sendo o primeiro meio onde se desenvolve o processo de opressão/exploração da mulher, referenciando na obra de Engels “ A origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada”.

Ao decorrer dos apontamentos feitos por Isabela, dialogando com os pontos de acordo e de contradição com os autores marxistas, conclui que a opressão/exploração da mulher é uma construção social, anterior ao capitalismo, mas que, dentro de tal modelo, adquire novas especificidades, como piores condições de trabalho e menores salários, em relação aos homens. Coloca a questão da dupla exploração - com relação ao modo de produção capitalista em si, como explicitado anteriormente, como quando são subordinadas às atividades domésticas e manutenção do lar, exclusivamente sob suas responsabilidades e sem remuneração. Considera que os marxistas, em destaque Marx e Engels, atentaram-se às problemáticas referentes à condição das mulheres, mas, ainda assim, não se dispuseram a produzir obras unicamente relacionadas à mulher. Tal colocação traz uma crítica, pela autora, de determinadas

colocações que os autores fazem em suas obras, bem como, o direcionamento que dão às mulheres, no socialismo.

Coloca a questão de gênero (dentro do capitalismo) como construção social burguesa, ou seja, de base material, econômica e ideológica, uma vez que esta é a que contém a hegemonia ideológica, conseqüentemente, direcionando todas as expressões das relações sociais. Concorde com o pensamento de Saffioti de “Gênero” como categoria de análise e, ao mesmo tempo, histórica.

Traz os estudos de gênero com o objetivo de contribuir para a compreensão do processo histórico que constrói as relações sociais, econômicas, políticas entre homem e mulher, questionando os fatores biológicos e fisiológicos como fatores explicativos para tal construção histórica. Ao mesmo tempo, traz a diversidade de compreensão acerca do conceito gênero nas ciências e na política. Por ter diversas compreensões, a autora faz a colocação de que deve ser sempre acompanhado do termo “patriarcado”, pois é um termo neutro, “de grande extensão e pouca compreensão”. Aqui está o ponto principal da contribuição do termo e dos estudos de gênero.

Aborda a problemática de, dentre algumas interpretações sobre o termo “gênero”, ser equiparado ao termo “mulher”, enfraquecendo-a enquanto sujeito político nos debates e produções do conhecimento. A autora enfatiza o papel da mulher neste contexto, deixando claro seu posicionamento contrário à tal interpretação.

Também aborda as diversas dimensões em que a temática é abordada, segundo Scott, mas que não são relacionadas à dimensão econômica, limitando o debate, pois ao desconsiderar tal dimensão, está desconsiderando a contradição de classes, ou seja, a gênese de todo o processo histórico que constitui a questão da mulher inserida na sociedade capitalista. Deste modo, concorda novamente, com a análise e compreensão de Saffioti, de que raça/etnia e classe são organicamente integradas e são essenciais de serem compreendidas desta maneira.

Discorre sobre a divisão sexual do trabalho como sendo indissociável das relações sociais de sexo. Cita a importância de não considerar trabalho produtivo e trabalho reprodutivo como dicotômicos, onde o primeiro estaria inserido na economia (e seria de responsabilidade exclusiva do homem), enquanto o segundo estaria a parte da economia (e de responsabilidade da mulher). Ou seja, tem de haver o

entendimento de que ambos estão inseridos no modo de produção capitalista e são funcionais a ele.

Faz uma retomada as três ondas do feminismo, em âmbito internacional e no contexto brasileiro, trazendo suas principais contribuições e como se deram as lutas, com as principais reivindicações de cada fase.

Reafirma a necessidade de um movimento classista de mulheres, pois, considerando que o patriarcado ainda é uma estrutura consolidada e inter-relacionada (e funcional) ao capitalismo, somente com uma outra estrutura de produção poderá haver uma mudança nas relações sociais. Ou seja, somente com um recorte classista, a partir de uma análise materialista, histórica e dialética, que poderá modificar as relações sociais e de produção, no caso, a construção do socialismo.

A autora discorre sobre a contribuição do feminismo na construção do socialismo, como exemplo, a dirigente socialista Clara Zetkin. As feministas tiveram participações relevantes na construção do dia internacional da mulher, bem como manifestações contra a guerra, a fome, a escassez de alimentos e greves. Também traz a contribuição da luta das mulheres, junto ao movimento socialista, para a Revolução Russa, em 1917.

Por fim, no terceiro capítulo, traz os resultados da pesquisa documental e de campo realizada com cinco lideranças do MMC, para compreender a participação do MMC na Via Campesina. Traz um pouco do processo de formação, trajetória, viés de luta e desafios.

Explana sobre a questão da desigualdade na participação política nas organizações da classe trabalhadora e a divisão sexual do trabalho, neste momento, em específico na divisão de tarefas no campo. Considera que a luta das mulheres por relações igualitárias é condição para concretizar o projeto socialista, uma vez que busca superar as condições de existência do patriarcado, condições essas, funcionais e/ou proporcionadas pelo capital. “O feminismo não divide a classe, mas sim, busca abarcar as diferentes dimensões”.

Aborda pontos sobre os movimentos mistos de luta pela terra, como o MST, onde há uma resistência interna, ou seja, uma dificuldade da participação das mulheres na política e direcionamento do movimento. Havendo, assim, a necessidade de uma auto-organização das mulheres dentro dos espaços.

Utiliza a ideia de Estado ampliado de Gramsci para aprimorar a teoria marxista para explicar a conformação atual da sociedade brasileira e o surgimento dos

movimentos sociais. Neste sentido, surge o MMC, movimentos onde a participação das mulheres na luta pela terra é protagonista, bem como de caráter classista, pela Via Campesina. Ressalta a autonomia política e financeira como um dos principais desafios para o movimento feminista.

Liliane Chaves Oliveira Knopp (2014)

O processo de feminização do trabalho e as implicações para saúde da mulher trabalhadora: análise das pesquisas em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Livia de Souza Coimbra

A dissertação é construída a partir de três capítulos, os quais buscam fazer uma identificação e análise de como dá-se a relação entre o Serviço Social e saúde do trabalhador, bem como se há uma especificidade no que se refere ao processo de adoecimento da mulher trabalhadora.

A partir de uma análise materialista, é abordado a centralidade da categoria trabalho como pôr teleológico do ser social e, por consequência, das relações sociais, aqui sendo apreendidas como posição teleológica secundárias. Baseando-se n'O Capital, de Karl Marx, entende a força de trabalho como o próprio trabalho, relação direta entre homem – natureza, onde o primeiro modifica o segundo, para sua produção e reprodução. Traz apontamentos sobre valor (de uso e de troca), também sob uma perspectiva marxista, pensando a categoria trabalho inserida no modo de produção capitalista. Neste contexto, o trabalho perde sua essência originária, de criação do homem, e passa a ser força de trabalho vendida ao capital, ou seja, o trabalho (como também o próprio homem) torna-se mercadoria como a própria produção feita pelo homem. Ou seja, no modo de produção capitalista, o trabalho torna-se alienação e exploração.

Evidencia o papel do Estado, intervindo quando necessário, para a garantia de superlucros ao capital.

Expõe como o processo de amadurecimento do capital reduz a necessidade de mão de obra qualificada, tornando necessário apenas movimentos mecânicos e pontuais, desvalorizando o trabalho, reduzindo, portanto, seu valor de troca.

Tal contexto, pós Revolução Industrial, contribui para a inserção da mulher no mercado de trabalho, de maneira direta, pois é importante enfatizar que o trabalho doméstico feito pelas mulheres, sem remuneração, é funcional ao capital. Uma vez que possui base material e se constitui através das relações sociais, tal divisão sexual do trabalho é importante para compreender as especificidades da saúde do trabalho, visto o aumento de mulheres no mercado de trabalho, facilitando identificar as particularidades da saúde da mulher. Discorre sobre esta desigualdade de gênero, sendo a família a primeira forma de opressão / exploração.

Salienta que para compreender o trabalho feminino e suas especificidades, como também no processo de adoecimento da trabalhadora, é necessário compreender as relações sociais e a produção das relações sociais de sexo. Neste sentido, a autora coloca a importância dos estudos de gênero como contribuinte para o entendimento das especificidades da mulher trabalhadora, tal como há uma dupla composição da classe trabalhadora. A autora também coloca que foram os movimentos dos trabalhadores por partidos políticos e sindicatos que colocam a “questão social” em debate, sendo relevante para que tenha se iniciado o debate sobre a temática, dentro dos espaços de trabalho.

Traz um questionamento sobre a inserção da mulher nos espaços de produção realmente permite plenas possibilidades de integração social, visto que, ainda hoje a inserção da mulher no mercado de trabalho se difere à do homem, pois são elas que ocupam, majoritariamente, os espaços mais insalubres, com piores condições de trabalho e baixa remuneração.

A partir dos apontamentos feitos pela autora, esta discorre sobre a importância da abordagem de gênero na construção teórica da área da saúde do trabalhador, no sentido de construir políticas públicas e legislações que serão efetivas à mulher. Como exemplo citado, a Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PNAISM).

Ao direcionar a discussão diretamente ao Serviço Social, a autora faz uma análise das produções teóricas apresentadas nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS).

Mas, antes de aprofundar nas pesquisas dos ENPESS, faz uma breve contextualização histórica de como o Serviço se constitui com ideários conservadores para atuar diretamente com a questão social, além de ser uma profissão

predominantemente feminina. Onde a profissão é imagem cultural e ideológica dos dons naturais da mulher.

Segundo a autora, o processo de renovação da profissão teve forte influência da tomada de consciência de gênero, bem como a aproximação teórica com o marxismo. Também se torna uma estratégia contra o neoconservadorismo que avança nas produções teóricas do Serviço Social.

Assim sendo, o Serviço Social, enquanto profissão predominantemente feminina, é um fator que contribui para o entendimento dos estudos de gênero pela profissão, mas pelo fato de ser decorrência da divisão sexual do trabalho, onde a mulher é restrita de diversas categorias do trabalho, direcionadas à tarefas que sejam “extensões” das atividades domésticas, como o Serviço Social era visto em sua gênese; considerando a gênese da profissão, há este recorte que, ainda hoje, pode ser observado.

A autora traz também o trabalho do Serviço Social na saúde, enfatizando suas atribuições aos usuários do SUS. Considerando a aproximação com a teoria marxista, como citado anteriormente, a categoria possui aparatos teóricos para realizar análises mais críticas das relações sociais, entendendo como são produzidos os meios materiais para que a questão social se constitua, a partir da contradição de classes. Também discorre sobre como esta percepção se apresenta nas atribuições da categoria.

Por fim, é apresentado as produções teóricas do Serviço Social sobre saúde do trabalhador e Serviço Social, pelo ENPESS, com objetivo de identificar se há produções que tratam da condição de adoecimento da mulher trabalhadora. Ao finalizar as análises, a autora concluiu que há um baixo número de pesquisas relacionadas a categoria trabalho, e saúde do trabalho, no geral. Tratando-se, especificidade da saúde da mulher, há uma redução ainda maior de produções teóricas.

Verônica Medeiros Alagoano (2016)

O debate do movimento feminista na produção acadêmica do Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Duriguetto

A vontade de abordar o tema deu-se a partir da disciplina de Classes e Movimentos Sociais, ministradas no decorrer da graduação em Serviço Social, bem

como a abertura da faculdade para a inserção dos movimentos sociais, proporcionando uma aproximação destes com os dissidentes. Também foi importante para a escolha da temática, a militância da autora no MESS, Movimento Estudantil em Serviço Social, como também a militância num coletivo feminista e, posteriormente, no Levante Popular da Juventude.

Sua dissertação é dividida em dois capítulos, com o objetivo de apreender como o Serviço Social tem tematizado o movimento feminista e compreendido suas lutas. Foram analisadas produções teóricas acadêmica dos cursos de Pós-Graduação (1985-2014), teses e dissertações, dados estes pertencentes à pesquisa “Serviço Social nos processos de mobilização e organização popular”, coordenada pela Dra. Maria Lúcia Duriguetto. A autora utilizou eixos temáticos para selecionar e organizar as teses e dissertações úteis à sua pesquisa.

Como embasamento teórico para apreensão da questão feminista no marxismo, foram utilizados/as pensadores/as marxistas, como por exemplo, Marx, Engels, Saffioti e Souza-Lobo, além das contribuições de Pinto e Cisne. Neste sentido, a autora coloca de maneira explícita, logo no início de sua dissertação, que todo o estudo apresentado em sua dissertação, possui como linha teórico-metodológica, o marxismo.

Num primeiro momento, faz-se uma reconstrução histórica acerca de como deu-se as relações sociais capitalistas, a partir da questão da apropriação privada dos meios de produção e do produto do trabalho humano, configurando tais relações sociais.

Neste sentido, a opressão/exploração da mulher antecede o modo de produção capitalista, como pode ser observada no decorrer da dissertação. Mas é a partir do capitalismo, que há uma intensificação, reconfigurando a opressão/exploração da mulher, de maneira funcional ao capital.

Traz considerações sobre a inserção da mulher no trabalho produtivo, no capitalismo, pois nos sistemas pré-capitalistas as mulheres eram excluídas desta categoria. Enfatiza a finalidade desta inserção como uma necessidade do capitalismo, frente as determinações da classe trabalhadora. Sendo, por tanto, inseridas a medida de serem úteis para o processo de produção do capital.

Discorre sobre a subalternização do trabalho feminino, considerando os fatores de ordem natural, como o fator biológico, quanto os fatores de ordem social, como as responsabilidades domésticas e cuidados com a família. Fatores estes que

dificultavam a inserção das mulheres nas lutas sindicais ou qualquer outro espaço de reivindicação por direitos.

Apresenta um debate referindo-se ao socialismo, onde cita as obras de Karl Marx e Engels, como relevantes para estudar a questão da mulher. Discorre sobre certas colocações dos autores no que se refere ao matrimônio, as relações sociais relacionadas ao modo de produção capitalista, bem como a correlação entre monogamia e propriedade privada, bases materiais para a constituição da família burguesa.

Considerando os apontamentos anteriores, a autora prossegue, assinalando que, é com a emergência do capitalismo, que surge a luta feminista. Vale lembrar que, segundo Saffioti, o capitalismo se desenvolve no sentido “oposto” para a mulher, ou seja, intensificando sua exploração e subordinação.

Apresenta as correlações do socialismo utópico o feminismo, vivificado por Saint-Simon, Fourier e Cabet. Embora trazendo questionamentos sobre a questão da mulher, o socialismo utópico não conseguiu, de fato, mudanças concretas, devido à sua instabilidade teórica.

Com relação ao movimento feminista norte-americano, a autora destaca que, a partir da revolução de 1848, a qual reprimiu as reivindicações das mulheres trabalhadoras anteriormente citadas, juntamente com o sufrágio conquistado, mas, excluindo as mulheres, que a luta das mulheres pelo sufrágio feminino ganhou forças. Este contexto foi considerado o pontapé para o fortalecimento do movimento feminista. Também discorre sobre a participação das mulheres nos partidos e o posicionamento destes, frente ao feminismo

Também faz alusão ao feminismo alemão, que segundo a autora, as mulheres operárias se organizavam em associações e as socialistas, em uma Federação, tendo como principal figura, Clara Zetkin, compondo os conselhos do Partido Social Democrata. Também cita Bebel, Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai e suas grandes contribuições para a compreensão da necessidade do socialismo para a emancipação das mulheres.

Ressalta que interpretações equivocadas das obras de Marx contribui para a subalternidade da mulher, afastando sua importância na luta de classes, como pode ser percebida quando a autora cita as contribuições de Bebel, Zetkin e Kollontai.

Contextualizando o feminismo brasileiro, a autora discorre sobre as suas três fases, ou três “ondas”, seguindo as tendências do movimento sufragista, configurando, assim, sua primeira fase.

A autora chama a atenção para o fato de haver uma diferenciação entre o movimento feminista e o movimento de mulheres brasileiro. Segundo a autora, o primeiro consiste um movimento de classe média, com pautas no campo sociocultural; já o segundo pode ser definido como movimentos populares cujas reivindicações se situam num campo social e econômico.

Dentre o processo de constituição do feminismo brasileiro, surge o “feminismo acadêmico”, com grupos de estudo e pesquisa sobre a mulher. Mesmo contexto de pós ditadura militar, em que as feministas se aproximam dos partidos políticos PMDB (Partido do Movimento Democrático) e PT (Partido dos Trabalhadores), como apresenta a autora. Também é explanado pela autora as contradições e conflitos entre os movimentos, a partir de tal aproximação com o Estado, onde algumas militantes contrárias a tal aproximação colocavam o debate de que esta situação prejudicaria o caráter de luta social e autonomia dos movimentos.

Dando sequência, a autora expõe as mudanças advindas do avanço neoliberal, refletindo na participação do Estado, o qual transfere parte de seu compromisso com a classe trabalhadora para as Organizações Não Governamentais, financiadas por instituições capitalistas, nos direitos conquistados e nos sindicatos. Este cenário propicia o crescimento das concepções pós-modernas.

Tal contexto impacta, também, nos movimentos sociais, onde ocorre, segundo a autora, um processo de institucionalização do feminismo, via ONG's. Isto contribui para que haja um crescimento sobre os estudos de gênero, financiados por empresas como o Banco Mundial; deixando as demandas da mulher num segundo plano, atendendo em primeiro lugar as demandas das empresas para que os financiamentos permaneçam.

Este feminismo institucional torna-se funcional ao capital, uma vez que se perde o caráter de luta sociais e adquire nova roupagem, atuando sob a perspectiva das políticas focalizadas e execução de tarefas pontuais. É importante ressaltar que, embora tenha havido tal processo de institucionalização, não foi de maneira homogênea, ou seja, ainda assim, havia movimentos feministas que permaneciam enquanto movimento social, com pautas e lutas específicas à mulher. A autora

ênfatiza que será este cenário que irá propagar as discussões e produções sobre gênero.

A autora cita alguns movimentos feministas que são utilizados como exemplos de movimentos que resistem e ainda possuem caráter reivindicatório de movimento social e feminista, numa perspectiva oposta a pós-moderna, e que aparecem com maior frequência nas produções do Serviço Social. Sendo estes: Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e o Movimento Mulheres em Luta (MML).

Em seguida, a autora fala um pouco sobre cada movimento, suas características, debates, pautas e construção histórica. Traz termos importantes a serem analisados e apreendidos, como, por exemplo, gênero, divisão sexual do trabalho, relações sociais de sexo e patriarcado, de suma importância para a compreensão e estudo sobre feminismo, enquanto movimento social, bem como na produção do conhecimento.

Aborda o debate da subjetividade como pós-moderna, bem como o uso do termo gênero, entendendo-o como um termo neutro, o qual retira o protagonismo da mulher enquanto sujeito político. Neste sentido, utiliza das percepções de Saffioti e Cisne, para basear sua análise acerca do termo, bem como faz-se sobre o termo patriarcado.

Adentrando no debate sobre a produção acadêmica do Serviço Social que tematiza os movimentos feministas, a autora, antes de iniciar a apresentação de sua pesquisa realizada com as dissertações e teses, faz uma retomada histórica do processo de ruptura com o Serviço Social tradicional, a partir do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979, conhecido como o “congresso da virada”.

Neste sentido, segundo a autora, tal como houve alteração nas diretrizes da profissão, a formação acadêmica também passou por alterações, se aproximando das ciências sociais e da teoria marxista, direcionando-se para uma perspectiva crítica. Discorre sobre a aproximação da temática de movimentos sociais em decorrência desta aproximação com as ciências sociais.

A autora discorre sobre como a categoria, após tais mudanças, vai direcionar suas contribuições e diretrizes frente aos movimentos sociais, bem como a classe trabalhadora, a partir do Projeto Ético-Político da profissão. Sendo este um projeto que se concretiza nas lutas sociais, contrário ao projeto societário vigente.

Ao ser compreendido com estratégia real para fortalecimento dos processos de mobilização social, a autora frisa a importância da produção teórica do Serviço Social sobre movimentos sociais e a interlocução deste com a profissão. Esta colocação também se direciona ao movimento feminista em específico, visto que é o objeto de estudo de sua dissertação.

A autora ao analisar as produções, considerando além dos eixos de análise, o número de produções existentes e o tempo que compreende tais produções. Ao final. A autora conclui que há uma escassez da produção teórica do Serviço Social sobre movimentos sociais e da interlocução entre ambos; no caso de sua pesquisa, o movimento feminista.

Ana Paula de Souza (2016)

As mulheres e o feminismo no movimento sindical: um estudo das experiências do ANDES-SN

Orientadora: Profa. Dra. Marina Barbosa Pinto

O interesse por abordar a discussão sobre a atuação dos movimentos de organização dos trabalhadores deu-se, a princípio, através da disciplina de Classes e Movimentos Sociais, ainda no período de graduação em Serviço Social. A militância no movimento feminista também proporcionou uma inquietude e, segundo a autora, a necessidade de correlacionar o debate sobre o movimento sindical às opressões vivenciadas pelas mulheres. Outro ponto citado pela autora foi sua inserção profissional no meio sindical, onde aumentou sua necessidade de aprofundar no debate entre luta sindical e luta feminista.

Foi escolhido por Ana Paula, como segmento a ser estudado e analisado, o dos (as) trabalhadores (as) docentes da educação superior, representado pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN).

A dissertação apresentar três capítulos, os quais irão abordar a opressão/exploração da mulher na sociedade de classe e suas expressões de resistência, a luta dos trabalhadores no Brasil e, por fim, sobre o ANDES-SN e a luta das mulheres. Com relação às (aos) autoras (es) utilizadas (os) no decorrer da dissertação, temos Saffioti, Carrasco e Petit, Cisne, Marx, Engels, Hirata e Kergoat, dentre outras (os).

Iniciando sua dissertação, Ana Paula traz apontamentos, com aporte teórico em Saffioti, sobre como se davam as relações de produção nas famílias enquanto unidade produtiva, bem como a participação das mulheres no campo, nas manufaturas, nos mercados e nas oficinas, reforçando seu papel econômico, até mesmo nos trabalhos domésticos, contextualizado num período pré-capitalista.

Com o capitalismo, há um rompimento com o modelo de unidade produtiva familiar, trazendo à família novas características a partir da ideologia burguesa, priorizando a propriedade privada, reconfigurando as funções da mulher, uma vez que se separa o trabalho produtivo e o trabalho no lar em esferas distintas, ressignificando a opressão/exploração da mulher. Tal debate tem como linha de apreensão teórica Saffioti, a partir do seu entendimento entre “nó” (capitalismo-racismo-patriarcado) que proporcionam meios específicos de opressão/exploração da mulher.

Discorre sobre como o capitalismo se apropria das opressões que o antecedem, de maneira funcional a ele. Como ocorre com a inferiorização econômica, social e política da mulher. Neste sentido, a autora coloca a inserção da mulher no mercado de trabalho, vivenciado de maneira específica a exploração do capital, contribui para que estas se insiram nas lutas sociais e políticas.

Discorre sobre o conceito de gênero, nas diversas maneiras em que é apreendido, ressaltando a maneira como foi inserido no contexto brasileiro, a partir de uma produção de Scott. Na percepção de Scott, segundo a autora, há diferentes dimensões que o termo pode ser entendido, as quais são as dimensões simbólica, a normativa, a institucional e a subjetiva.

Cita os estudos acerca do sindicato, articulado ao debate de gênero destacam a crescente presença das mulheres na indústria, a partir de 1970, e por consequência, nas instâncias sindicais. Ao contrário do que boa parte da literatura brasileira traz. Mas é a partir das contribuições de Saffioti que a categoria gênero é, de maneira mais crítica e considerando outras condições, como por exemplo a categoria de classe. Esta também refere-se à gênero como uma categoria analítica e histórica.

A autora, em seguida, apresenta as argumentações e pontos de vista de Cisne, a qual coloca que o termo gênero, propagado pela academia brasileira, reforça o distanciamento entre teoria e a luta organizada das mulheres, uma vez que tal termo possui múltiplas interpretações, neutralizando a conflito entre categorias de sexo.

Neste sentido, a autora constrói uma apresentação dos pontos convergentes e divergentes entre as autoras Saffioti e Cisne para construir sua percepção sobre a utilização do termo gênero, bem como se há ou não contribuições deste para os estudos feministas, apontando a necessidade de fortalecer a mulher enquanto sujeito político devido ao fato da “neutralidade” que o termo gênero pode vir a ser compreendido (gênero=mulher).

Coloca que dentro do modo de produção capitalista não haverá emancipação feminina, uma vez que este fortalece e reproduz as bases de exploração/opressão da mulher. Neste contexto, também aborda o patriarcado inter-relacionado com o capitalismo, como condicionante na construção das relações e reproduções sociais, estabelecidas entre as classes sociais.

Refere-se condição e função homem e da mulher na produção/reprodução da classe trabalhadora. Segundo Ana Paula, há dois eixos da classe trabalhadora: o princípio da separação entre trabalho de homem e trabalho de mulher, e o princípio hierárquico, onde trabalho de homem vale mais que o trabalho da mulher. Caracterizando, assim, o que compreende-se por divisão sexual do trabalho.

Direcionando ao debate sobre a organização dos trabalhadores, a autora cita o contexto das Internacionais, que tiveram grande influência neste processo de luta, com participação das mulheres. Traz as contribuições das Internacionais, mas coloca a crítica que, em todas elas constituídas majoritariamente por homens, compreendiam a importância das mulheres na luta de classe, mas não se atentavam às especificidades da mulher. Ainda em relação às Internacionais, a autora traz como referência ao debate, as contribuições de Kollontai, Lênin e Zetkin.

A autora também faz uma diferenciação entre movimento de mulheres e movimento feminista, o qual o primeiro não, necessariamente, correlaciona suas pautas com as condições mais estruturais da sociedade, ou seja, considerando as classes sociais, patriarcado e capitalismo. Mas direcionando às questões específicas da vida das mulheres, como trabalho por exemplo. Dando continuidade na dissertação, fala sobre as três ondas do feminismo que constituem o processo histórico do movimento, se atentando ao contexto do Brasil. Também trata das contribuições do feminismo para a aproximação e inserção da mulher na luta e classe, bem como nos sindicatos. É importante ressaltar que a autora parte da compreensão da necessidade de um feminismo classista, que segundo esta, deve ser propulsor da

liberdade, da autonomia e da igualdade social, econômica e política das mulheres em relação aos homens.

Em seguida faz uma contextualização histórica das organizações dos trabalhadores, incluindo os sindicatos, suas lutas e conquistas, como por exemplo, os direitos trabalhistas. Também apresenta o processo de constituição da CUT (Central Única dos Trabalhadores), bem como eram executadas as funções dos sindicatos em cada contexto histórico.

Ao direcionar ao debate sobre a participação das mulheres nos sindicatos, a autora traz a estratégia de cotas para participação nas diretorias dessas entidades, que segundo a autora, foi defendida pela CUT como ação afirmativa voltada para garantir o exercício político sindical das mulheres.

Posteriormente, discorre sobre como foi criado o ANDES-SN (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional). Como cita a autora, inicialmente os docentes se organizavam através dos ADs (Associações Docentes), nas Universidades, até início da década de 1980. Período este que foi criado o ANDES, com objetivo de articular as pautas referentes aos docentes com as da sociedade brasileira, como em conjunto com outros movimentos sociais, na finalidade de fortalecer a democracia.

Já com o ANDES consolidado, diversas foram as lutas para que a participação das mulheres nas instâncias sindicais, bem como implementar as pautas por elas sustentadas na sociedade. Neste sentido, foi criado, através da CSP-Conlutas, o MML (Movimento de Mulheres em Luta), que segundo a autora, surge como alternativa organizativa classista e socialista para as mulheres, independente da filiação sindical. Através destes espaços foram criados Grupos de Trabalho para ampliar o debate entre os docentes sobre diversas temáticas, dentre elas gênero, etnia e classe.

A autora faz uma apresentação/análise das resoluções congressuais do ANDES-SN a partir do Plano de Lutas para as Mulheres, realizado em 2000. Foram divididos em cinco temáticas para serem apresentados na dissertação, as quais são: Violência Doméstica e Familiar; Sexualidade, Direitos Reprodutivos E Aborto; Creches; Condições de Trabalho; As Mulheres da Presidência do ANDES-SN.

Ao analisar o processo histórico da participação das mulheres na direção do ANDES-SN, primeiramente, a autora apresenta os dados relativos ao número de mulheres que presidiram a entidade, desde sua criação até o ano de 2012. Das 17 gestões, 15 foram presididas por homens, e apenas 5 foram presididas por mulheres.

A autora apresenta suas considerações, colocando a dificuldade da inserção pelo fato das mulheres serem responsáveis pelos cuidados com a família, apreendido pela divisão sexual do trabalho, dificultando estas de participarem e comporem as lutas, greves, assembleias e demais espaços. A falta de espaço para debater as especificidades da mulher no mercado de trabalho, bem como o machismo instituído dentro dos próprios espaços sindicais também são fatores que condicionam à dificuldade das mulheres de conquistar tais cargos. Condições estas que são inseridas a partir da implementação do MML nos espaços de formação do ANDES-SN.

Por fim, a autora coloca que a emancipação da mulher não ocorrerá no modo de produção capitalista, tal como apoia as ideias apresentadas pelo ANDES-SN.

Laís Aparecida Santos de Oliveira (2018)

Feminismo e representação política

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Duriguetto

O interesse pelo tema iniciou-se no período acadêmico com as disciplinas de Classes e Movimentos Sociais II e Subjetividade e Cultura, as quais despertaram e promoveram uma primeira aproximação com as discussões sobre gênero e patriarcado, bem como das pautas do movimento feminista. Também contribuiu para a escolha, a inserção da autora no grupo de estudo “Terra Roxa”, núcleo de estudos feministas da Marcha Mundial das Mulheres em Juiz de Fora.

A dissertação foi construída a partir de dois capítulos, percorrendo sobre patriarcado a partir de sua base material, debate do termo gênero, bem como outras categorias de análise para a relação de opressão/exploração da mulher, evidenciando a apropriação do capital de tal opressão/exploração como funcional à sua manutenção. Também é abordada a formação das classes, entendendo que a classe trabalhadora é heterogênea, constituída por classe, sexo, raça/etnia. Apresenta a trajetória da mulher brasileira, na luta por direitos historicamente negados à mulher. Questiona as particularidades da pós-modernidade e como este fator interfere nas discussões sobre o processo de opressão/exploração na vida da mulher, entendendo que a pós-modernidade está articulada com a questão da representatividade. Por fim, apresenta a pesquisa realizada com atuais (no período em que a dissertação foi escrita) e ex parlamentares que ocuparam a Câmara Legislativa de Juiz de Fora, bem

como análise documental dos projetos de lei apresentados pelas mesmas quando no exercício de seus mandatos. Também foram feitas entrevistas com militantes feministas de organizações em Juiz de Fora, com perguntas a fim de obter dados sobre a discussão da representatividade.

Para discorrer sobre o patriarcado, a autora recorre às contribuições de Weber e Saffioti, para sustentar seu argumento de recusa ao pensamento de Weber, devido à como este o constrói, a partir do “tipo ideal”, considerando a subjetividade e relativismo. Para a autora este caminho que o pensador recorre, contribui para a naturalização das desigualdades. Concorde quando Saffioti refere ao pensador como referência aos autores pós-modernos. Também a utiliza como aporte teórico para dissertar sobre patriarcado.

Ao se direcionar ao debate sobre a utilização do termo gênero, a autora recorre às produções de Saffioti e Cisne, uma vez que as autoras possuem percepções distintas da terminologia.

Por ter como objetivo analisar a questão do feminismo e da representatividade política, a autora julgou pertinente fazer uma apresentação das teorias sobre democracia, bem como seus fundamentos e a sua relação com a luta de classes. Neste sentido, utiliza autores como Lukács, Demier e Duriguetto. Constatando assim, que a democracia burguesa é funcional ao capital, pois não se constitui de maneira absoluta, mas a partir das premissas do modo de produção da sociedade, no caso, do trabalho assalariado. Assim, sua “relação” é flexível com a classe trabalhadora, ora mais maleável, ora mais restrita. Citando Gramsci, tais traços da democracia permite que a classe dominante garanta uma hegemonia, legitimando seu poder.

Dando continuidade a dissertação, a autora faz uma retomada histórica sobre a democracia no Brasil, tendo a Constituição Federal de 1988 como marco da redemocratização do país após o período ditatorial, contexto em que as demandas da classe trabalhadora se estendem, ainda que sob a lógica do capital, ampliando os direitos e conquistas da classe trabalhadora.

Segundo a autora, antes deste processo se consolidar de maneira efetiva, é redirecionado para atender aos interesses neoliberais. Neste sentido, as organizações sociais e partidos políticos, como o PT, vão se adaptando e consentindo com a agenda neoliberal, a favor do capital. Enfraquecendo assim as lutas sociais, a partir dos movimentos sociais e sindicatos.

É levantado argumento de que, quando há uma crise estrutural, a classe dominante implementa estratégias que atacam e limitam a classe trabalhadora, no âmbito econômico e político. Reafirmando seu argumento, a autora cita alguns projetos de lei que confirmam tal posicionamento da classe dominante, como a PEC 55 referente ao desmonte do SUS e da educação pública, fortalecendo o processo de privatização da saúde e educação, a reforma da previdência e a PEC 181 referente ao aborto seguro, dando ao Estado o poder de decisão, retirando a autonomia, em situações de estupro ou situações que coloca em risco a vida da mulher.

Dando continuidade, a autora coloca que o feminismo classista é elemento primordial para a democracia substantiva, na perspectiva da emancipação humana. Trazendo três movimentos sociais “destaques” no fortalecimento do campo democrático, na atualidade, sendo estes o Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB), Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Segundo a autora, tais movimentos possuem posicionamentos político contrário ao vigente, com pautas referente ao patriarcado, racismo e capitalismo. Além de compor a “Frente Nacional pelo Fim da Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto”, junto com outros movimentos sociais e feminista.

A autora apresenta algumas conquistas, como a lei Maria da Penha, fruto das lutas e resistência das mulheres. Neste sentido, coloca a relevância de tais conquistas em formato de leis, mas que este caminho não deve ser considerado suficiente, é preciso ir além, como faz referência em toda a dissertação, de uma perspectiva de emancipação humana, via socialismo. Prosseguindo em relação a emancipação humana, a autora faz uma breve diferenciação desta, com emancipação política. Citando autores marxistas para referenciar sua colocação, em específico Mantaño e Duriguetto, conceitua emancipação política como a ampliação dos direitos políticos, civis, trabalhistas ou sociais, dentro da lógica do modo de produção capitalista. Já a emancipação humana tem como principal condição a superação do modo de produção capitalista, rompendo com a lógica de propriedade privada, tornando a produção pertencente ao produtor. Cita a Revolução Russa como o momento em que houve a tentativa real de modificação da estrutura social, onde a mulher de fato poderia ser livre e possuir direitos igualitários ao do homem.

Ao adentrar de maneira mais aprofundada no debate sobre representatividade da mulher na política, a autora recorre a Miguel como referência, apresentando pontos

positivos e negativos das tentativas, como as cotas para mulher na política, de inserir a mulher neste espaço. Utilizando como exemplo o sufrágio, logo, a conquista do voto feminino que, após uns anos, notou-se que não teria sido o suficiente para romper com o controle político centra no homem.

Fazendo uma análise dos diferentes conceitos sobre política, como “política de presença”, “políticas de ideias”, “perspectiva social”, a autora, concordando com Miguel, discorre que a “política social” se aproxima melhor de uma sociedade multicultural, mas, concomitantemente, disfarça a desigualdade e injustiça produzida socialmente.

Dando continuidade, a autora inicia sua apresentação das entrevistas e pesquisa documental realizadas a partir das vereadoras em exercício, de Juiz de Fora, bem como todas as vereadoras que já compuseram o quadro legislativo do município. Nesta pesquisa documental, fez-se um levantamento sobre os projetos de lei representados pelas vereadoras, com o objetivo de analisar o “caminho” de representatividade construído no decorrer das candidaturas, bem como, apreender como se deram as relações destas com os demais vereadores, buscando verificar as relações de gênero no âmbito político da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

Também foram realizadas entrevistas com militantes de alguns movimentos feministas do município, com intuito de apreender como as militantes/ movimentos feministas interpretavam as atuações das vereadoras, como também se elas e os respectivos movimentos se sentiam representadas por tais vereadoras.

Ao final da pesquisa nota-se que as militantes afirmam que não há uma representatividade política da mulher, somente pelo fato de haver vereadoras compondo o quadro legislativo, uma vez que a porcentagem de mulheres vereadoras em relação aos homens, historicamente, é discrepante. Também foram analisados os projetos de lei formulados pelas vereadoras e ex-vereadoras, e notou-se que o número de projetos diretamente relacionados às especificidades da mulher eram ínfimos. Também foi observado que tais projetos foram formulados por ex militantes e/ou filiadas à partidos políticos de esquerda.